

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ECONÔMICA DO  
RIO DE JANEIRO (1970-2010): UMA ANÁLISE DA  
RECUPERAÇÃO FLUMINENSE A PARTIR DA  
INTERIORIZAÇÃO PRODUTIVA E O NOVO PAPEL  
DA REGIÃO METROPOLITANA**

GUILHERME PAULO ANDRADE  
matrícula nº: 106083641  
e-mail: guilherme\_paulo\_andrade@yahoo.com.br

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

AGOSTO DE 2011

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)*

Dedico este trabalho para meus pais, Fernando e Fátima, base e fundamento do meu caminho, e ao meu irmão Fernando, grande colaborador para a minha formação como economista e pessoa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amados pais, Fernando e Fátima, maiores incentivadores nessa jornada de formação. Agradeço também àquelas que são minhas mães por consideração: as minhas tias Aida Andrade e Vera Santos, pelo carinho, atenção e consideração desde sempre. Em especial, agradeço ao meu irmão Fernando, que foi pioneiro e desbravador num mar de conformismo. Posso afirmar, com toda certeza, que foi aquele que mais acreditou em mim. Definitivamente, hoje eu não estaria aqui sem ele.

Gostaria também expor minha gratidão a outras pessoas que foram fundamentais nessa caminhada. Agradeço ao professor André Urani, pelos ricos ensinamentos no início da minha formação acadêmica. Deixo minha gratidão a Graça Palhares, Marina de Norman e Eduardo Senra, por me ensinarem sobre análise de dados e contribuírem para meu crescimento profissional no ambiente de trabalho. Sou grato também à Ayra Consultoria – meu primeiro trabalho durante a faculdade – que me ensinou muito sobre paixão, proatividade e dedicação.

Agradeço aos meus colegas de faculdade por proporcionarem os quatro melhores anos da minha vida até então. Das aulas até as ‘sociais’, dos dias inteiros na biblioteca do CBPF até as viagens, das noites em claro sobre os livros até as festas. Cada momento não foi e nem será esquecido. De forma especial, deixo meu agradecimento a Anderson Walther, Renata Lutterbach, Marcos Filgueiras e Diogo Senna, que fizeram parte da minha caminhada desde o início e de forma muito próxima. Eu não poderia deixar de citá-los depois de tudo o que vocês representaram, principalmente durante os meus primeiros anos no Rio de Janeiro. De forma singular, agradeço também a Gustavo Lambert e Henrique Rabelo, pela amizade e pelo auxílio quando precisei.

Finalizando, quero deixar um agradecimento especial ao professor René Louis de Carvalho, que tive o privilégio de ter como orientador. Sempre disponível e disposto a ajudar, suas contribuições foram preciosas na construção desse trabalho. Deixo meu apreço também a seus companheiros – o corpo docente do Instituto de Economia da UFRJ – que muito se empenha para que essa instituição se mantenha em altíssimo nível. Tenho muito orgulho da oportunidade que tive de aprender com vocês.

## LISTA DE IMAGENS, GRÁFICOS E TABELAS

### GRÁFICOS

**Gráfico 1** - Variação do PIB no Estado do Rio de Janeiro, 1990-2001

**Gráfico 2** - Relação PIB do Rio de Janeiro / PIB do Brasil, 1995-2008

**Gráfico 3** - Participação do Interior no PIB do Estado do Rio de Janeiro 1980-2008

### IMAGENS

**Imagem 1** - Curva de Williamson

**Imagem 2** - Mapa da polarização produtiva no interior do Rio de Janeiro

**Imagem 3** - Previsão de Investimentos no Estado do Rio de Janeiro, triênio 2008-2010

**Imagem 4** - Impactos nos Custos de Transportes com a Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

### TABELAS

**Tabela 1** - Participação do PIB Estadual no PIB Nacional a preços constantes (%)

**Tabela 2** - Participação Relativa das Regiões Metropolitanas no PIB Nacional (%) – a partir do PIB deflacionado a preços de 2000

**Tabela 3** - Total de Ocupados no setor industrial em Regiões Metropolitanas selecionadas do Brasil (em mil pessoas) e participação relativa nacional (%): 1970, 1980, 1991 e 2000

**Tabela 4** - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, Estado do Rio de Janeiro – 1995-2008

**Tabela 5** - Estoque de vínculos ativos no setor industrial do estado do Rio de Janeiro e participação relativa por ano – 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2009

**Tabela 6** - Contribuição relativa das Microrregiões no PIB estadual do Rio de Janeiro, por ano, e variação percentual na comparação entre 1975 e 2008

**Tabela 7** - Estoque de vínculos ativos no setor industrial e participação relativa no total do estado (%) - 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2009, e variação 1985-2009

**Tabela 8** - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, segundo as regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2008

## SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

AM	Amazonas
AMRJ	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
BA	Bahia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
ES	Espírito Santo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Impostos sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
KM	Quilômetro
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MRS-Logística	Minas-Rio-São Paulo - Logística S/A
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PA	Pará
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## RESUMO

Esta obra compreende uma análise sobre a nova estrutura econômica do Estado do Rio de Janeiro, a partir do processo de atenuação da polarização da região metropolitana e de inserção de áreas interioranas outrora menos desenvolvidas. Com enfoque no processo de recuperação estadual vivido pelo estado fluminense – a inflexão econômica na década de 1990 – objetiva-se o estudo do fundamento da recuperação, que é o processo de interiorização produtiva no estado. Dessa forma, este trabalho tem por finalidade analisar as causas características desse processo, bem como identificar os focos industriais interioranos em ascensão – chamados pólos de crescimento – definindo suas características e forma de inserção para o desenvolvimento regional. Parte dele também envolve uma comparação entre o caso de interiorização produtiva em São Paulo.

Tendo como pano de fundo o quadro de desconcentração econômica a nível nacional do Brasil, a partir da inserção de áreas menos desenvolvidas no planejamento industrial brasileiro, discute-se também a atenuação da polarização das suas duas principais regiões metropolitanas – RMRJ e RMSP – no contexto da desconcentração produtiva vivida por importantes regiões metropolitanas no globo. Sendo assim, este trabalho também buscando definir a nova forma de inserção da RMRJ no contexto estadual e nacional, em contraste com o novo papel assumido pela RMSP. Fechado o escopo, discute-se a forma de inserção da cidade do Rio de Janeiro na economia mundial.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - TEORIZAÇÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>4</b>
1.1 - A DISCUSSÃO CONCEITUAL DE DESENVOLVIMENTO E O CONCEITO ECONÔMICO DE REGIÃO .....	4
1.2 - A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	10
1.3 - PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS AO LONGO DA DÉCADA DE 2000 .....	13
1.4 - A TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR: OS EFEITOS DA INTERAÇÃO ECONÔMICA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	15
1.5 - A POLARIZAÇÃO SEGUNDO PERROUX E HIRSCHMAN.....	17
1.6 - A POLARIZAÇÃO SEGUNDO WILLIAMSON .....	20
1.7 - O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA EM REGIÕES METROPOLITANAS NO MUNDO .....	23
<b>CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NAS DUAS MAIORES REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS .....</b>	<b>27</b>
2.1 - INTRODUÇÃO AO CASO BRASILEIRO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA .....	27
2.2 - A PRIMEIRA ETAPA DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1970-85): A PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NO DESLOCAMENTO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PARA REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS	31
2.3 - A SEGUNDA ETAPA DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1992): ALTERAÇÕES NO MAPA INDUSTRIAL POR MOTIVAÇÕES DE MERCADO .....	36
2.4 - A ATENUAÇÃO DA POLARIZAÇÃO: A DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NAS DUAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS .....	38
<b>CAPÍTULO 3 -A NOVA ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>43</b>
3.1 - INFLEXÃO POSITIVA CENTRADA NO INTERIOR.....	43
3.2 - REGIONALIZAÇÃO: A INTERIORIZAÇÃO PRODUTIVA EM DETALHE.....	51
3.3 - UMA COMPARAÇÃO COM O CASO PAULISTA DE INTERIORIZAÇÃO PRODUTIVA .....	58
3.4 - O NOVO PERFIL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.....	61
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>77</b>



## INTRODUÇÃO

A discussão acerca do desenvolvimento regional tem ganhado cada vez mais espaço no Brasil, uma vez que, principalmente nas últimas quatro décadas, tem-se observado alterações relevantes na estrutura produtiva nacional, que estão intimamente ligadas a modificações nas estruturas produtivas locais e na criação de novos fluxos econômicos regionais.

A desconcentração econômica vivida pelo Brasil a partir do início da década de 1970 trouxe a necessidade de estudar a fundo as forças condutoras desse processo, bem como as novas formas de organização econômica do país. Em contrapartida à perda de contribuição relativa dos dois maiores centros econômicos do país – as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro – o que se pode observar foi a evolução produtiva de muitas regiões que antes tinham contribuição econômica bem pouco relevantes. Essa movimentação estrutural das forças produtivas, de regiões de poderio econômico para áreas antes subdesenvolvidas, despertou interesse crescente nos resultados dessa nova dinâmica de organização espacial.

O estado do Rio de Janeiro não ficou de fora dessas transformações. Depois da acentuada redução de importância relativa sofrida durante a passagem pelo século XX – desde a perda da hegemonia manufatureira até o esvaziamento econômico relativo que culminou no *Rio de todas as crises* – o estado do Rio de Janeiro tem dado sinais de recuperação econômica com considerável desenvolvimento. Os dados sinalizam para o crescimento de sua capacidade produtiva, melhor distribuída a partir de um processo de interiorização industrial, resultado de alterações na dinâmica econômica fluminense, que serão tratadas mais adiante. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por sua vez, teve seu perfil modificado, seguindo a tendência de outros centros econômicos pelo mundo, ainda que em menores proporções.

Após longo período de incrementos no setor industrial – com a hegemonia nacional na produção industrial conquistada nas primeiras décadas do século XX – o estado de São Paulo também passou por um processo de interiorização produtiva. A Região Metropolitana de São Paulo apresentou queda volumosa de empregos industriais, que migraram para regiões laterais, o que determinou a alteração no seu perfil, assumindo papel diferenciado na dinâmica regional, nacional e internacional.

É nesse contexto de estudo que este trabalho se envolve, visando compreender as similaridades e diferenças na formação dos novos perfis das duas principais regiões metropolitanas do país – RMRJ e RMSP – desde o processo de desconcentração produtiva que teve início na década de 1970 até o processo de interiorização industrial a partir da década de 1990. Em paralelo, esta obra visa compreender melhor a nova organização produtiva fluminense, a partir dos desdobramentos derivados da abertura comercial até os investimentos diretos no início do século XXI, observando no detalhe as características e peculiaridades das áreas interioranas.

No primeiro capítulo, há uma análise da base teórica que envolve o desenvolvimento regional, citando a progressão das idéias que relacionam evolução econômica local, localização industrial e distribuição produtiva. A primeira seção envolve um debate introdutório acerca do desenvolvimento regional, com a definição do conceito de espaço econômico. A segunda seção passa pelo progresso da teoria da localização industrial, visando fornecer maior base para entendimento das decisões locacionais no processo de industrialização no interior fluminense. A terceira sessão apresenta a teoria de centralidade urbana de Christaller e apresenta argumentos para os efeitos da inovação e da exportação no desenvolvimento regional. A quarta seção é reservada ao conceito da causação circular de Myrdal e seus efeitos na concentração econômica. A quinta seção apresenta as idéias de Perroux e Hirschman sobre a polarização industrial. A sexta seção apresenta a visão de Williamson. Por fim, a sexta e última seção relaciona casos de desconcentração produtiva observados em outras regiões pelo mundo.

O segundo capítulo relaciona a evolução do processo de desconcentração produtiva no Brasil, definindo os determinantes da perda de contribuição relativa das principais regiões econômicas do país em comparação ao aumento da participação das áreas menos desenvolvidas na produção nacional. Na primeira seção há uma introdução ao processo de desconcentração brasileiro. A segunda seção é reservada a primeira etapa de desconcentração a nível nacional, de 1970 a 1985, fundamentada no direcionamento do investimento público. A terceira seção envolve o segundo período de desconcentração, a partir do início da década de 1990, destacando sua característica privada e as demais diferenças frente ao primeiro período. Um enfoque particular é dado ao efeito da desconcentração nas duas regiões metropolitanas estudadas de forma mais profunda nesse trabalho – RMRJ e RMSP – na terceira e última seção.

Por fim, o terceiro capítulo faz uma análise da desconcentração e seus efeitos no estado do Rio de Janeiro. Na primeira seção está exposto o que foi a inflexão positiva no estado – cujo motor foi a produção de petróleo do interior – bem como os focos do processo, suas causas e características. A segunda seção reserva uma análise detalhada da nova ordem produtiva estadual, usando um critério de divisão do estado formulado pelo IBGE – o conceito de microrregiões – de forma a entender as particularidades das áreas interioranas, mapear as incidências industriais e as destacar as localidades com melhores resultados econômicos, identificando as principais forças motoras na inflexão positiva estadual e retomada do desenvolvimento. Por fim, a terceira seção contém uma comparação com o caso de interiorização produtiva de São Paulo, cujo objetivo é identificar as similaridades e diferenças nos dois processos. Essa mesma seção reserva a discussão final – e central – sobre o novo perfil da RMRJ, levando em conta também o novo perfil da RMSP num processo de comparação, a partir de fatos e dados.

Tendo como pano de fundo todo o processo de desconcentração produtiva no Brasil, o objetivo geral deste trabalho é definir as características e impactos do processo de interiorização econômica no Rio de Janeiro. De forma mais específica, o objetivo deste trabalho também é caracterizar o processo de desconcentração produtiva a partir da RMRJ, traçando um paralelo com o mesmo processo na RMSP, estudando a nova dinâmica de relações econômicas nos dois estados de modo a entender o novo perfil e forma de inserção das duas principais áreas metropolitanas do país – e se elas são similares – no contexto regional, nacional e mundial.

## **CAPÍTULO 1 – TEORIZAÇÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **1.1. A DISCUSSÃO CONCEITUAL DE DESENVOLVIMENTO E O CONCEITO ECONÔMICO DE REGIÃO**

O ponto de partida do estudo sobre desenvolvimento regional é entender primeiro o que essa expressão significa. Faz-se necessário explicitar primeiro, no cenário teórico, o que é desenvolvimento e o que é regional, de forma a aprofundar o entendimento que cerca todo o processo de evolução local.

Partindo do significado simplificador da palavra, desenvolvimento significa progresso, crescimento. Nada mais é do que um processo dinâmico de melhoria. Contudo, dependendo do contexto em que estamos falando, desenvolver acaba adquirindo uma caracterização um pouco diferente.

Para as ciências sociais, no geral, desenvolvimento é uma noção qualitativa que exprime o nível de bem estar de uma população ou sociedade, e tende a ser mensurado via indicadores sociais, culturais, políticos e econômicos.

Para a visão econômica, desenvolvimento trata-se do crescimento da produção e renda na comparação entre dois períodos, através de inovações, investimentos ou ajustes institucionais, fiscais, monetários, cambiais e jurídicos, de forma a levar a uma gestão ótima e eficiente de sistema econômico, com condições de proporcionar este crescimento na economia. Nesse caso, o objetivo é a geração ganhos, de riqueza.

Pelo lado social, o desenvolvimento trata principalmente de aspectos qualitativos na sociedade, e geralmente – mas nem sempre – está relacionado ao crescimento econômico. Socialmente, o que mais importa é a forma como os frutos do crescimento são distribuídos na sociedade. Nesse caso, o objetivo é a melhoria do bem estar e os ganhos sociais, tais como a redução da pobreza e da desigualdade, a melhoria da saúde, da educação e das condições habitacionais – somente para citar alguns – enfim, tudo que leve à melhoria da qualidade de vida da sociedade no geral e do indivíduo em particular.

Eventualmente, quando se fala em desenvolvimento, os conceitos derivados do contexto social e do contexto econômico acabam seguindo juntos, até se misturando. Como podemos ver na definição de Celso Furtado (1964) acerca do desenvolvimento:

“[...] um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.” (FURTADO, 1964).

No contexto sócio-econômico o qual falamos aqui, desenvolvimento consiste na busca de um grupo social por progresso em sua maneira de viver e se relacionar, através de ganho econômico (prosperidade) e social (bem-estar).

Uma vez compreendido o que é desenvolvimento, pode-se partir para o entendimento da segunda palavra, “regional”. No princípio, entendia-se por região qualquer área geográfica que se diferenciava a partir de características comuns. As regiões eram entendidas como reflexos dos elementos naturais e sociais em integração. Posteriormente, a região passa a ser vista como uma área definida a partir da homogeneidade em suas relações funcionais, principalmente as político-administrativas, sendo assim geralmente associada a delimitações espaciais fixas (fronteiras), derivadas, principalmente, de similaridades ou aspectos políticos e culturais. Contudo, quando se observam os fluxos econômicos e sociais para caracterizar uma região, esta perde uma delimitação espacial fixa e passa a uma maior perspectiva.

Tendo em vista que estes fluxos podem variar conforme o período histórico em questão, talvez seja um erro fixar territorialmente uma região. Não há de forma alguma, aqui, a intenção de descaracterizar a importância e a soberania das configurações políticas de Estado. O que se questiona é a constante definição de regiões associada a delimitações de fronteira. No âmbito econômico, esta associação pode limitar a análise. Um exemplo deste tipo de associação é feita com o conceito de local, sendo geralmente associado à atuação em esfera municipal. Alguns autores costumam relacionar explicitamente o aspecto local ao município, suscitando assim a discussão sobre a capacidade do órgão municipal na realização de feitos sócio-econômicos de impacto.

De fato, no Brasil há uma autonomia maior para os órgãos municipais em termos de governabilidade e arrecadação, este sendo considerado um ente da federação. Isso é usado como base da associação local-municipal, como diz Coelho (1996), ao enfatizar o papel da administração municipal como agente de promoção de desenvolvimento regional no atual padrão de organização produtiva, fazendo com que a associação local-municipal seja mais

aceita. Para o caso brasileiro, porém, no plano regional não há nenhuma autoridade governamental para gestão político-administrativa, ao contrário de outros países. Dessa forma, o que mais se aproxima do termo regional são os órgãos estaduais, muito embora sem a mesma força associativa que recebe o binômio local-municipal.

Desde sempre, o conceito de região se confunde ao conceito de espaço. Essa referência aparece no trabalho de vários autores, como Pontes (1987), que afirma que “os espaços e as sociedades podem ser conceituados como regiões”. Andrade (1973) também faz referência à regionalização ao afirmar que o homem gosta de dividir o espaço de acordo com as características que apresenta, levando em conta condições naturais e de aproveitamento do espaço. Segundo este último, o espaço, em sua organização, passa por um processo dinâmico, e, portanto, está sempre em transformação. De acordo com o que escreve Moro (1990) sobre Andrade:

“[...] refletir levando em conta que o espaço nunca está organizado de forma definitiva, que ele não é estático, ao contrário, é profundamente dinâmico e vai se modificando dialeticamente de forma permanente.” (MORO, 1990, p.13 *apud* PIERUCCINI e BULHÕES)

De acordo com Pieruccini e Bulhões (2002), é “dentro do contexto de espaço organizado que se apresenta uma região”. Ou seja, é através “da combinação do potencial natural e humano” em permanente transformação que se caracteriza uma região.

Fato é que, ainda hoje, muito se é debatido acerca do conceito de região entre geógrafos, cientistas sociais e economistas. Isso se reflete nas palavras de John Friedmann (1960) acerca do conceito de região:

“ [...] nossa definição de região terá de ser extremamente geral, podemos dizer que uma região é uma área delimitada de acordo com certos critérios; teremos regiões diferentes, segundo os critérios que decidirmos utilizar.[...] Não se pode falar numa região melhor nem numa melhor definição de certa região.” (FRIEDMANN, 1960, p.33 *apud* PIERUCCINI e BULHÕES, 2002, p.52)

Por consequência da flexibilidade do conceito de região, Friedmann acaba por propor que a própria delimitação regional passe a ser modificada a partir do surgimento de novas definições, a partir de casualidades e circunstâncias diversas.

O conceito econômico de região remonta da formalização das idéias sobre o espaço econômico formalizadas pelo economista francês François Perroux (1961), após estudar a concentração industrial na França e Alemanha. Segundo o autor, os espaços econômicos são definidos em função da planificação, polarização e homogeneidade de suas estruturas, considerando as interações econômicas a partir destes três tipos de conceitos. O espaço econômico como conteúdo de um plano é aquele que se forma a partir das decisões de interação (compra e venda) e do planejamento. O espaço econômico como um campo de forças tem por característica um pólo de ‘emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas’, atraindo ou repelindo elementos econômicos, e surge a partir da concentração de população e produção que forma uma zona de influência. O espaço econômico como conjunto homogêneo é caracterizado por similaridades de estruturas a partir de variáveis como preço e produção.

O economista francês Jacques Boudeville (1970) formalizou de forma mais clara uma proposta de caracterização para regiões baseado nos conceitos de espaço econômico de François Perroux. Para Boudeville, uma região homogênea compartilha traços padrões que atuam como o fundamento do seu agrupamento. Quanto às regiões polarizadas, são formadas por uma área de influência a partir de um lugar central, geralmente uma indústria motriz, que atua como centro de atração e repulsão de atividades econômicas. Já as regiões-plano são têm por característica serem submetidas ao mesmo processo de planejamento e tomada de decisão. (PERROUX *apud* PIERUCCINI & BULHÕES, 2002, p. 57-59).

Em uma espécie de novo ordenamento dos conceitos de Perroux e Boudeville, Antônio Simões Lopes (2002) distingue dois tipos de regiões. As *regiões formais* são recortes geográficos dotados de relativa homogeneidade em elementos físicos, políticos econômicos e sociais. Por outro lado, as *regiões funcionais* são áreas geográficas dotadas de relações de interdependência via movimentos de coerência funcional. Essas definições ficam mais claras a partir das citações de Santos Silva (2004) sobre Lopes:

“Na base da definição de regiões funcionais estão preocupações associadas à natureza e intensidade das interações de ordem econômica, em regra identificáveis no espaço por pólos (industriais), nós (de comunicação) ou centros (de serviços), pontos de elevada intensidade de relações; na definição de regiões formais dominam preocupações de homogeneidade, indispensável para garantir validade à análise.” (LOPES, 2002, p.53 *apud* SANTOS SILVA, 2004, p. 36).

Sendo assim, uma *região funcional*, a partir dos critérios de polarização, acaba por ser uma área em que, por característica, as relações econômicas são mais intensas do que as mantidas com localidades exteriores. Áreas em que

Nesse caso, a introdução do terceiro conceito, o do planejamento (das decisões em conjunto), em atuação conjunta com os conceitos de polarização e homogeneidade, caracteriza a formação do terceiro tipo de região, a região-plano, normalmente definida em critérios de formulação de políticas públicas e de planejamento. Este tipo de ação, de acordo com Lopes, deve surgir a partir da correta avaliação da estrutura e das relações econômicas da região, de forma a melhor definir o objetivo a ser alcançado e a estratégia a ser usada para o desenvolvimento:

[...] se os fins da política regional a atingir forem de crescimento, pode justificar-se que as regiões-plano se baseiem em pólos industriais de crescimento (esquema de polarização propriamente dito); se os fins forem de desenvolvimento, isto é, promover que os bens e serviços encontrem uma rede de distribuição que crie condições para que toda a população tenha acesso a eles, então a polarização deve ser fundamentalmente influenciada pela centralidade, isto é, pelo objetivo de definir corretamente uma rede de centros (ou lugares centrais) que garanta uma distribuição dos bens e serviços eficaz e a acessibilidade a eles fique assegurada. (LOPES, 2002,p.58 apud SANTOS SILVA, 2004, p. 37).

O conceito econômico de região explicitado acima acaba por ser o melhor caminho para o entendimento da expressão desenvolvimento regional. Sendo assim, por estudo do desenvolvimento regional entende-se do aprofundamento das relações sócio-econômicas de um espaço territorial mutável, analisando sua estrutura e características locais, com o objetivo de observar ganhos na região a partir da interação dos recursos locais via fluxos e processos específicos. Essas interações que expressam a escala local derivam das individualidades ali contidas, e acabam por influenciar toda a região. Conforme afirma Lencioni (1999) sobre os primeiros estudos de sobre a região como parte de um todo, este tinha com objetivo de identificar as individualidades na totalidade, com base no conceito de região ao mesmo tempo como parte e todo, considerando-a uma “totalidade aberta em movimento”, ou seja, permitindo as relações intra e inter-regionais de forma dinâmica.

A discussão desses pontos é necessária para o entendimento de que a absorção do entendimento que o impacto das relações econômicas a nível local não são restritas a limites territoriais, e que a utilização de indicadores de desenvolvimento definidos a nível



municipal ou estadual tendem apenas a aproximar o impacto real de determinadas ações tomadas, simbolizando o efeito positivo naquela totalidade, na maioria das vezes não representando o ganho total, a partir da dialética de região, ao mesmo tempo, como parte e todo.

## 1.2. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Até o início do século XX, os estudos sobre regionalização tinham como foco predominante a questão da localização das atividades agrícolas e, posteriormente, industriais. De fato, a localização das forças produtivas – sejam agrícolas, extrativas ou industriais – acaba por exercer influência primordial na propulsão do desenvolvimento local. Especialmente no campo teórico, as idéias de desenvolvimento econômico regional, da dinâmica de concentração extrativa e da localização da produção industrial se misturam, de forma que passa a ser interessante mencionar, mesmo que resumidamente, idéias acerca da decisão de localização da indústria. Por fim, como será observado mais adiante, o processo de recuperação do Rio de Janeiro está bastante relacionado à localização industrial.

No início, o conceito de que o campo era o organismo econômico primário era comum. O economista alemão Johann Von Thünen (1826) estudou como a produção agrícola se distribuía no espaço, e formalizou uma relação entre renda econômica e distância do mercado consumidor, aplicando a idéia de custos de transporte a partir de um modelo e lançando as bases para a *teoria da localização*.

Quanto à disposição dos produtos, von Thünen concluiu que estes eram distribuídos de forma regular em torno do centro consumidor. Desta forma, a distância do mercado definia a solução de culturas, de forma que nas áreas mais próximas ficariam os produtos com maior dificuldade de transporte, e as áreas mais distantes não teriam quase produção alguma, numa configuração de “anéis de cultivo” formados em uma escala de importância, e que foi chamada de *Anéis de von Thunen*. Sua teoria de localização agrícola foi fator influenciador em muitas obras posteriores.

A partir das formulações de Von Thünen, o economista e matemático alemão Wilhelm Launhardt (1882) definiu o conceito de ponto ótimo de localização, que consiste no ponto de mínimo custo de transportes em função dos centros agrícolas (ou de produção de matérias primas) e dos mercados consumidores. Launhardt também foi o primeiro autor a pensar numa teoria geral de fronteiras de áreas de mercado.

Seguindo a mesma linha de estudos sobre a relação entre localização e retorno de renda, outro economista alemão, Alfred Weber (1909), alterou o foco, de forma consistente, para a produção industrial, contudo, sem deixar de lado a relação com os insumos e o campo.

Weber formulou uma teoria de custos da produção industrial a partir da minimização dos custos de transporte como objetivo por parte das empresas. Ele definiu os principais fatores decisórios a serem balanceados na escolha da localização por parte da indústria: 1) o ponto de transporte ótimo, observado a partir da análise dos custos do distanciamento com base no índice material – peso do insumo e do produto final; 2) fonte de trabalho, ou seja, o custo e a qualidade do trabalho na localidade; 3) Aglomeração, ou nível de concentração local, no que foi o pioneiro indício de consideração da centralidade urbana como fator de importância na questão da localização produtiva.

Para Weber, os três fatores deveriam ser pesados para a decisão sobre a localização industrial. Na prática, uma indústria poderia optar por uma distância maior de transporte se o custo do trabalho for mais baixo ou o se ganho derivado do nível de concentração compensar.

O alemão Andreas Predöhl (1928) reuniu as teorias parciais de localização agrícola e industrial à teoria econômica geral, aplicando o princípio da substituição de fatores. A decisão quanto localização de uma indústria estaria associada aos preços relativos e aos custos de transporte nos diferentes pontos. Para mensurar corretamente, ele distingue as unidades de utilização da terra, do capital e do trabalho, e as unidades de utilização do transporte, que são substituídas de acordo com o possível ponto de localização ou de mudança.

Coube ao economista alemão August Lösch (1940) fazer a junção dos trabalhos dos seus antecessores e dar a sua contribuição. Em sua obra “*O ordenamento espacial da Economia*”, Lösch formaliza uma teoria de equilíbrio espacial generalizada.

Sobre a questão da localização industrial, o autor alemão afirma que ela é definida pela procura do lucro máximo e determinada em função dos fatores de produção. Lösch afirma que tanto a localização dos consumidores quanto a dos produtores interagem em fluxos econômicos específicos de oferta e procura, de forma a igualar as vantagens das unidades econômicas e maximizar o lucro das unidades produtoras. Essa interação leva a formação de mercados parciais entre os centros de consumo e de produção, as áreas de mercado, sendo chamada de “região de abastecimento” quando várias unidades produtoras se juntam em torno de um centro de consumo, ou de “região de extração”, quando centros de consumo reagrupam-se ao redor de uma unidade produtora.

Quanto à teoria das áreas de mercado, Lösch acaba por delimitar regiões econômicas que diferem das fronteiras políticas, seja projetando-se internamente destas, seja ultrapassando-as. O conceito de regiões econômicas introduzido por ele próximo ao conceito usado nas formulações posteriores de Perroux (1961) acerca da formação de espaços econômicos, já citada na primeira seção.

O mesmo Perroux (1977) introduz o conceito de pólos de crescimento, onde ele define concretamente a relação entre desenvolvimento regional e localização industrial. Os pólos de crescimento são produtos da aglomeração territorial e urbana a partir de um pólo industrial complexo, que conta com a presença de indústrias-chave, e cujo resultado é a intensificação das atividades econômicas. Basicamente, os efeitos desencadeados por tal concentração industrial passam pela aglomeração urbana e propiciam crescimento do consumo e necessidade de rápido desenvolvimento dos serviços coletivos. Assim, a **concentração industrial** acaba por proporcionar um forte centro de acumulação, com lucros crescentes e rápido desenvolvimento, que acabam elevando também as remunerações relacionadas à terra. O resultado final é criação de um forte ambiente de progresso, que irradia para as regiões periféricas ao pólo de crescimento, gerando outros centros de acumulação. Dessa forma, os pólos de crescimento são vistos como irradiadores do crescimento. (WILTGEN, 1991).

O desenvolvimento do conceito de polarização continuará sendo trabalhado na quinta seção deste mesmo capítulo, em função de sua importância no arcabouço desse estudo. Por ora, passaremos a análise resumida de outras importantes idéias relacionadas ao desenvolvimento regional, respeitando um critério cronológico.

### 1.3. A CONCENTRAÇÃO URBANA COMO FATOR DE INTERAÇÃO INTRA-REGIONAL

O primeiro autor a analisar os centros urbanos como pólos de atração de forma consistente foi Walter Christaller (1933). A partir da idéia de que a função principal da cidade é ser o centro ofertante de bens e serviços para si e para a região complementar, Christaller elabora a Teoria dos Lugares Centrais. O lugar central de uma região é definido pelo seu nível de atividade econômica, ou seja, pela maior disponibilidade de produtos e diversidade de serviços que pode oferecer, de forma a influenciar toda a região a sua volta. A importância de cada lugar central frente à zona de influência depende do volume de execução das funções centrais, determinado pelo seu nível de concentração, proporção, heterogeneidade e densidade. Christaller cria níveis de classificação, de modo que um lugar com maior oferta de bens e serviços está num nível superior (LOUREIRO, 2006). Essa definição de Christaller será importante mais a frente, com a observação da mudança de perfil das regiões metropolitanas, que assumem novo papel na disponibilização de serviços mais complexos.

Walter Christaller também explica o motivo dos lugares centrais terem diferentes graus de polarização. Estes variam de acordo com a zona de influência e sua estrutura econômica, ou seja, conforme as condições de renda dessa região – capacidade de consumo e investimento – e de acordo com as relações sociais. Essas especificidades é que moldam o nível de diversificação e a concentração econômica em cada lugar central.

A idéia do município como ator de promoção do desenvolvimento econômico aplicada por Christaller leva aos estudos de Jane Jacobs (1969) de que a cidade é o organismo econômico primário, e que se desenvolve através da inovação. Segundo a autora, é nas cidades que os novos bens são criados, pois ela proporciona um ambiente e condições favoráveis para promover o desenvolvimento.

A importância do processo contínuo de diversificação para o crescimento das cidades, através da adição de novos bens e serviços de forma a contribuírem no desenvolvimento, é destacada por Jacobs (1969). A autora ressalta que não basta apenas expandir a produção de bens e serviços que já existem, mas sim adicionar novos tipos de produtos e serviços, de forma a não sofrer estagnação. (LOUREIRO, 2006).

Jacobs (1969) faz referência aos estímulos de exportação como propulsores do desenvolvimento local. A atividade exportadora, além de aumentar os ganhos da cidade,

acaba por gerar uma cadeia de processos em efeito multiplicativo, de forma que a cada etapa, novas demandas marginais vão aparecendo, e novas oportunidades de incremento econômico e desenvolvimento vão surgindo. Essas novas demandas, posteriormente, vão gerar outras demandas colaterais, num processo cíclico de retroalimentação. Da mesma forma, a cidade pode crescer via substituição de importações, ao produzir a nível local o que antes era importado e, ao mesmo tempo, expandir suas atividades econômicas.

O conceito de formação de cidades-região é explorado por Jacobs. Uma cidade-região tem relações internas fortes o bastante para ampliar as vantagens econômicas e produtivas em todo o seu entorno, de forma a beneficiar toda a localidade. Segundo a autora, uma cidade-região não é definida por fronteiras fixas, mas por limites móveis, que se alteram de acordo com a intensidade econômica, em volta da cidade núcleo (LOUREIRO, 2006).

Quanto às importações, a capacidade de substituição em amplo volume dos bens e serviços vindos de fora por produção local é o insumo fundamental na formação de uma cidade-região. Segundo Jacobs, o processo de substituição de importações aconteceu em todas as cidades-regiões e é necessário para que se alavanque uma cidade a esse nível de influência regional.

Enfim, segundo Jacobs, para que uma cidade seja considerada cidade-região ela tem que necessariamente ter seu vigor econômico condicionado às características produtivas interdependentes com todo o seu raio periférico local, ou seja, a ramificação de sua influência econômica regional deve envolver complementaridades com todo o seu entorno. Dessa forma, Jacobs incrementa a relação entre desenvolvimento regional e produção industrial, no âmbito da discussão iniciada na seção anterior, e inclui dois novos fatores na discussão: o efeito positivo das exportações e a força da centralidade urbana.

#### 1.4. A TEORIA DE CAUSAÇÃO CIRCULAR: OS EFEITOS DA INTERAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coube ao economista sueco Gunnar Myrdal (1957) tratar o desenvolvimento a outro nível ao estudar a evolução econômica no panorama macro, comparando desenvolvimento das nações ricas aos países pobres. O sueco se opôs às idéias liberais de que o equilíbrio da economia seria conquistado pelos mecanismos de livre mercado e que a igualação da produtividade dos fatores e dos custos seria conseguida via relações de livre comércio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Definindo melhor: Myrdal afirma que, diante da ótica clássica, o desenvolvimento econômico dos países pobres e dos países ricos não segue o mesmo caminho. Ao contrário, haveria um agravamento das disparidades, com os países pobres remetidos à produção dos bens primários de menor valor agregado enquanto os países ricos se aproveitando dos lucros associados à economia de escala.

Sobre a questão do desenvolvimento regional, Myrdal afirmou que a teoria econômica não contemplava as ferramentas necessárias para lidar com os problemas relativos a disparidades regionais. Myrdal desenvolveu uma teoria baseada na **causação circular cumulativa** explicar que um resultado (econômico ou social) negativo (ou positivo) pode ser, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fluxos negativos (ou positivos). Para ele, o caminho para o entendimento das disparidades regionais passaria pelo estudo dessas interações entre fluxos e de como elas potencializam os impactos na região.

Fica mais fácil entender a contribuição de Myrdal em escala regional ao aplicar o processo de causação circular a um exemplo, como fizeram Lima & Simões (2009) ao falar de Myrdal:

“Assim, um processo de causação circular é válido para explicar uma infinidade de relações sociais, como, por exemplo, a perda de uma indústria em determinada região. Os efeitos imediatos desta perda são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda locais. Estes por sua vez provocam uma queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que já configura um processo de causação circular cumulativa em um ciclo vicioso. Se não ocorrerem mudanças exógenas nesta localidade a mesma se tornará cada vez menos atrativa, de tal forma que seus fatores de produção, capital e trabalho, migrarão em busca de novas oportunidades, provocando uma nova diminuição da renda e da demanda locais. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a um aumento dos impostos sobre a produção, etc. [...] Este argumento também é válido para mudanças iniciais positivas, como a implantação de uma nova indústria ou a diminuição de impostos, etc., que geram oportunidades de emprego, renda e demanda por bens e serviços,

umentando a atratividade local, a possibilidade de explorar novas atividades, a poupança e o investimento (economias externas).” (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 13)

De fato, o conceito de causação circular proposto por Myrdal pode ser aplicado a quaisquer relações econômicas a nível regional de forma a exercer influência, positiva ou negativa, em outros fluxos da região, tais quais: a aplicação de um imposto ou subsídio, a abertura ou fechamento de uma indústria, o aumento dos gastos e investimentos públicos, a especialização da mão-de-obra local, etc. Enfim, qualquer fator, econômico ou social, de influência regional tem a possibilidade de interferir, como causa e efeito, em outros fatores, proporcionando círculos viciosos.

É importante frisar que Myrdal considerou também vários fatores não-econômicos como propulsores de causação circular, geralmente de ordem social, tais como nível de escolaridade, condições de moradia e saúde, entre outros.

Os efeitos negativos fora de uma região específica, oriundos da expansão interna desta e que aumentam as disparidades regionais, são chamados por Myrdal de *backwash effects* (efeitos de polarização). Já os ganhos obtidos por outras localizações a partir da expansão de uma região são chamados *spread effects* (efeitos propulsores).

Quanto aos *backwash effects* (efeitos de polarização), Myrdal afirma que se faz necessária uma política de intervenção para evitar a concentração das atividades econômicas, já que estas tendem a concentrar-se, devido à atração de um centro econômico a partir do seu processo histórico e dos ganhos de escala. Essa tendência, segundo ele, acaba por agravar as disparidades entre regiões desenvolvidas e estagnadas, via vantagens comerciais, migração seletiva e fluxos financeiros em direção às regiões avançadas. Portanto, a solução proposta por Myrdal é a intervenção estatal de forma a reverter o processo constante de concentração industrial e econômica.



## 1.5. A POLARIZAÇÃO SEGUNDO PERROUX E HIRSCHMAN

Terminamos a segunda seção deste capítulo iniciando o debate teórico acerca da concentração industrial e sua influência no desenvolvimento regional – entenda-se também como concentração econômica, ou aumento da participação econômica – a partir do conceito de pólos de crescimento do economista francês François Perroux (1977). Os pólos de crescimento são produtos da aglomeração territorial e urbana a partir de um pólo industrial complexo, com a presença de indústrias motrizes e outras movidas, gerando intensificação das atividades econômicas e a necessidade de rápido desenvolvimento dos serviços coletivos. O resultado final é a irradiação do crescimento do pólo para as regiões periféricas, gerando outros centros de acumulação.

O desenvolvimento regional também foi objeto de estudo de Albert Otto Hirschman (1977), que fez colocações acerca das idéias sobre o efeito dos pólos de crescimento de Perroux. O autor alemão considerou que o desenvolvimento iniciado pelo pólo de crescimento concentra-se em torno dele, de forma desigual e não simultânea em toda a região.

A polarização para Hirschman é dada por um sistema de forças, de forma que as ações motoras para concentração e irradiação do crescimento são observadas nitidamente, embora sem um padrão definido para esse processo. Para ele, a ascensão de um pólo de crescimento resulta em efeitos positivos e negativos sobre determinada região ao seu entorno. Sobre a região periférica incidem efeitos positivos, ou efeitos de fluência (*trickling-down effects*), como aumentos no volume de compra e emprego dessa região, aumentando assim os níveis de renda e de consumo per capita. Sobre a mesma região podem incidir efeitos negativos, ou efeitos de polarização (*polarization effects*), concomitantemente aos efeitos de fluência. Tais efeitos podem ser uma queda no volume industrial ou de exportação da região periférica ou o esvaziamento de capital humano diferenciado (seja como mão-de-obra ou administradores de negócios e serviços), dada a presença de uma região concorrente ou mais atrativa. Hirschman defende a ação governamental para os casos em que os efeitos de polarização prevaleçam sobre os efeitos de fluência, de forma a usar ferramentas de intervenção para corrigir tal situação.

De acordo com Hirschman, o desenvolvimento é gerado principalmente a partir de uma cadeia de desequilíbrios produtivos, iniciada nos segmentos de topo, descendo para os

subjacentes de forma irregular. De acordo com ele, um setor avançado acaba por gerar grande investimento, ao mesmo tempo em que introduz a necessidade de implementação de novos segmentos produtivos. Estes novos segmentos, por sua vez, geram novos desequilíbrios, abrindo novas possibilidades de segmentos, formando assim um círculo vicioso. Como disseram Lima & Simões (2009):

“Em cada um desses estágios uma indústria usufrui de economias externas criadas pela expansão anterior e ao mesmo tempo cria novas economias externas que serão exploradas por outras, dada a complementaridade existente entre as mesmas.” (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 18)

Dessa forma, estabelecer estratégias sequenciais através de um planejamento passa a ser importante, uma vez que a interação existente entre os diferentes fluxos, processos ou relações econômicas escolhidos para favorecer o desenvolvimento da região influenciam setores complementares e abrem novos caminhos. Os desequilíbrios têm papel fundamental no processo de indução do investimento necessário em cada etapa da cadeia. A identificação do movimento a ser feito torna-se fundamental para aproveitamento dos ganhos disponíveis a partir da sua realização, numa clara referência a um papel mais ativo do Estado.

Sendo assim, quanto maior o nível produtivo da região, maior também será sua capacidade de investir, uma vez que produção e renda estão relacionadas, e estas, com capacidade de investimento. Por isso, nas regiões menos desenvolvidas há mais dificuldade em estimular o desenvolvimento, devido ao escasso número de iniciativas inovadoras nesses locais. Segundo o autor, para regiões subdesenvolvidas as dificuldades são maiores, seja por escassez de recursos, seja por problemas estruturais. No caso da falta de recursos ou insumos específicos, pode haver dificuldade na implantação de estratégias e de decisões de investimento. Já a questão estrutural remete à dificuldade de gestão e aplicação dos recursos de forma a alcançar o desenvolvimento, devido a estratégias influenciadas por visões alternativas de desenvolvimento – a idéia de que o grupo deve se beneficiar igualmente da melhoria econômica, por exemplo – que são características de regiões subdesenvolvidas. Outras barreiras ao desenvolvimento são um arcabouço jurídico ineficiente, infra-estrutura precária e uma gestão de serviços públicos limitada, quadros característicos de regiões subdesenvolvidas. A dificuldade na ultrapassagem destas barreiras leva a necessidade de intervenção estatal para que o processo de desenvolvimento não seja interrompido.

Portanto, para Hirschman, o desenvolvimento é concentrado de forma irregular e atemporal em torno do pólo de crescimento, e incrementado num círculo vicioso em torno de setores industriais a partir de novos segmentos, com maior facilidade em áreas desenvolvidas. Essa combinação acaba por direcionar no sentido da realimentação das desigualdades sociais entre regiões.

Hirschman acaba por sugerir a intervenção do Estado por diversas vezes em seus trabalhos, principalmente nas regiões subdesenvolvidas, como forma de contornar possíveis impedimentos estruturais e dificuldades de estratégia ou recursos. Dessa forma, ele acaba por sinalizar uma tendência, também indicada por seus antecessores (Perroux, Boudeville, Von Thürne, Myrdal): a do uso de políticas públicas como ferramenta para proporcionar o desenvolvimento regional. Mais recentemente, outros autores reforçam essa tendência, sendo o mais recente deles o economista Ha-Joon Chang, tendo como sua obra de destaque *Kicking Away the Ladder* (2002), onde o autor analisa a história econômica de países desenvolvidos e identifica o uso de políticas intervencionistas para chegar ao estágio avançado de desenvolvimento.

No geral, a teoria dos pólos de crescimento, formulada por Perroux, e a dinâmica de atração dos investimentos com grande poder de irradiação, incrementada por Hirschman, acabaram por tornarem-se bem aceitas como solução para solucionar as discrepâncias regionais e prover o desenvolvimento. Especificamente nos países subdesenvolvidos, o Governo passou a exercer o papel de principal ator de desenvolvimento, assumindo papel ativo e trazendo essa responsabilidade para si. No caso Brasileiro, especialmente, a intervenção governamental é claramente fator determinante na primeira etapa de desconcentração produtiva e econômica observada a partir da década de 1970, como será mais bem observado adiante.

## 1.6. A POLARIZAÇÃO SEGUNDO WILLIAMSON

O economista americano Jeffrey G. Williamson (1977) apresentou visão diferente sobre a polarização. Segundo ele, a concentração econômica surge como o resultado de desequilíbrios no fluxo interno de fatores, que não se distribuem com velocidade suficiente nos primórdios do desenvolvimento nacional, trazendo um quadro temporário de concentração.

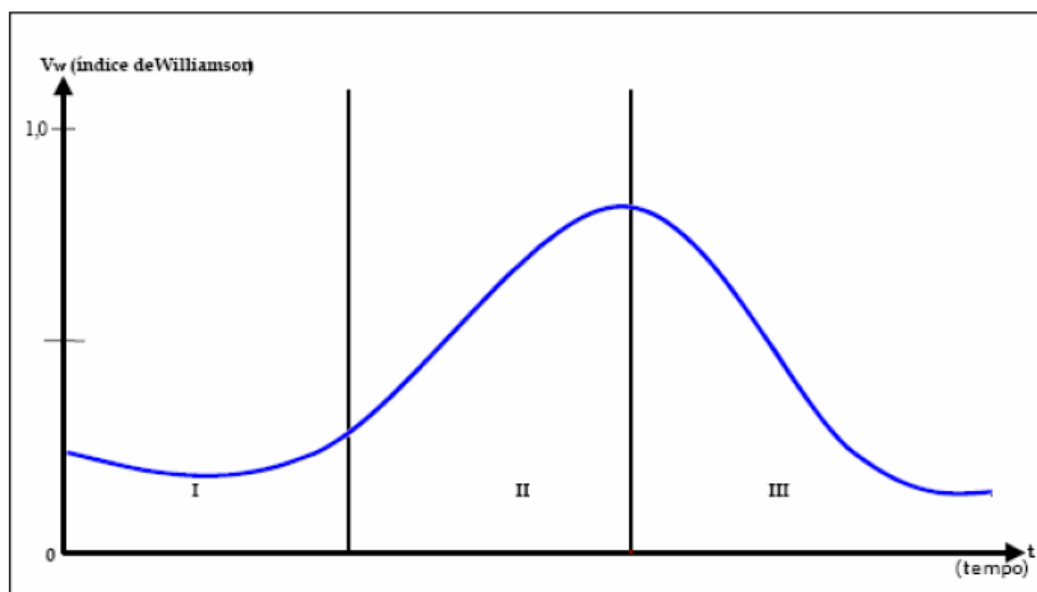
De acordo com Williamson, no estágio inicial de desenvolvimento se criam inclinações ao desequilíbrio, que acabam por criar diferenças de renda entre as regiões. À medida que o crescimento econômico evolui, os fluxos de fatores não acompanham na intensidade ideal, haja vista que o mercado ainda sofre com falhas e barreiras que impedem seu correto funcionamento. Sendo assim, a diferença entre as regiões se acentua. Contudo, a partir de um ponto de crescimento, o mercado desenvolve-se e os resultados vão sinalizando em direção ao equilíbrio entre as regiões.

A curva de Williamson, que posta desigualdade social e crescimento econômico, nos mostra exatamente isso. A variável temporal é colocada no eixo x. A variável no eixo y é o coeficiente de Williamson ( $V_w$ ), indicador que mede a desigualdade de renda per capita de uma região específica em relação à renda per capita nacional, ambas ponderadas pelas respectivas participações relativas no total da população. O coeficiente de Williamson ( $V_w$ ) é dado por:

$$V_w = [\sum (y_i - y)^2 (P_i/P)]^{0.5} / y$$

Sendo que o subscrito  $i$  define a unidade territorial (região selecionada). Sendo assim,  $y_i$  e  $P_i$  representam, respectivamente a renda média na região selecionada. As variáveis sem nenhum subscrito representam os mesmos indicadores para o total nacional.

**Imagem 1 - Curva de Williamson**



Fonte: E, Haddad (2006)

A etapa I representa o início do processo de desenvolvimento, com inexpressivo crescimento econômico e baixa desigualdade regional. Essa etapa é característica pela ausência de pólos de crescimento. O período II é a fase em que o crescimento econômico se eleva, e junto a ele, há a ampliação das desigualdades regionais. Nessa etapa, há a criação de pólos de crescimento, decorrentes de economias de aglomeração: ganhos de escala, de localização e de urbanização. Por fim, a fase III é iniciada por um ponto de inflexão e nos mostra um período de redução do crescimento, acompanhado pela queda nas desigualdades regionais, haja vista que o mercado mais maduro começa a agir de forma mais eficiente na alocação dos fluxos migratórios e de fatores. Nesta última etapa, há reversão da polarização, decorrente principalmente de deseconomias de aglomeração, promoção industrial e melhorias estruturais em regiões defasadas, e incentivos fiscais.

Portanto, para Williamson, a polarização é apenas temporária. Segundo o autor americano, o próprio mercado acaba promovendo a convergência regional da renda, à medida que as desigualdades regionais iniciais vão sendo eliminadas. Dessa forma, Williamson vai contra a necessidade de intervenção do Estado sinalizada por Hirschman na seção anterior.

Especialmente no caso Brasileiro, a participação governamental tem grande importância, principalmente na adaptação de outras áreas para recepção de investimentos, de forma que o equilíbrio no fluxo interno de fatores começa a ser observado somente após os

investimentos governamentais – principalmente em infra-estrutura e telecomunicações – nas áreas antes subdesenvolvidas. É possível afirmar, no caso brasileiro, que dificilmente o mercado faria opções por certas áreas – como fez, principalmente na década de 1990 – sem a intervenção governamental direta duas décadas atrás.

No contexto dos estudos da polarização como temporária e do equilíbrio dos fluxos internos, a próxima seção cita pólos de crescimento pelo mundo e exemplifica processos de desconcentração. Em alguns casos a desconcentração se dá via ações privadas, ou seja, resultado de definições do próprio mercado; em outras, como o caso francês, a promoção é feita claramente via intervenção governamental.

## 1.7. O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA EM REGIÕES METROPOLITANAS

Em seus primeiros casos no globo, a concentração produtiva deu-se em países desenvolvidos, cuja acumulação de capitais impulsionou o pioneirismo na descoberta de inovações industriais e tecnológicas, e geralmente em áreas próximas a matérias-primas, devido aos custos mais baixos e a tendência de verticalização das etapas produtivas. O rápido avanço econômico dessas regiões impulsionou a criação de outros segmentos industriais e o desenvolvimento de importantes cidades a sua volta, dotadas de infra-estrutura adequada para crescimento: as metrópoles urbano-industriais. São exemplos as regiões carboníferas em torno de Londres e próximas ao vale dos rios Reno-Ruhr, na Alemanha. Com o advento da globalização e a conseqüente intensificação dos fluxos de exportação e importação, surgiram outros pólos de crescimento, principalmente em países até então subdesenvolvidos, em especial os que detinham melhores condições estruturais e menores custos de produção. Os ganhos de escala tornaram-nas cada vez mais atrativas. Na linha dos ensinamentos de Perroux, a forte **polarização** de segmentos produtivos levou ao alto poder de atração destas localidades, resultando no processo de desenvolvimento em torno destas regiões industriais e tornando-as cada vez mais dinâmicas.

Contudo, a tendência a polarização vem sendo alterada, principalmente a partir de alterações no mapa industrial, com impactos relevantes também na distribuição econômica. Alterações nos métodos e processos industriais, com efeitos positivos na produção, têm possibilitado o deslocamento de etapas produtivas para longe do mercado consumidor ou da fonte de matéria-prima, abrindo novas opções de localização para as indústrias. A criação de novas tecnologias de telecomunicações e transporte facilitou as mudanças locais. E a maior interação entre os mercados mundiais vem inserindo novas localidades e referendando as possibilidades de reorganização produtiva no mapa.

Ao mesmo tempo, o esgotamento de tradicionais pólos de crescimento é evidente. A capacidade de atração e o alto padrão de consumo levaram essas regiões a altos custos – preços elevados e alto custo da terra – o que tem invertido seus níveis de atratividade. Algumas aparentam estar em seu limite produtivo-organizacional: com dificuldades de infra-estrutura, como transporte e moradia, incentivam as mudanças locais. A fuga desses altos custos levou a um processo de **desconcentração industrial**, ao mesmo tempo em que

outras regiões, antes menos atrativas, aparecem como opção para localização industrial, em geral após incentivos fiscais ou investimentos diretos, sejam governamentais ou privados. Em considerável parte dos casos, a atuação governamental, via políticas de redistribuição de recursos, atuou como motor dos avanços no desenvolvimento de áreas de menor expressão econômica. Esse processo gerou, em todos os casos, um panorama de **desconcentração econômica**, uma vez que áreas menos desenvolvidas reduziram suas diferenças frente a regiões polarizadoras. A desconcentração é um fenômeno que ocorre em escala mundial e regional. Importantes pólos de crescimento do globo, capitaneadas por grandes cidades, passaram por esse processo nas últimas décadas, como o *Manufacturing Belt* (região do nordeste dos Estados Unidos, que envolve toda a área que vai de Chicago até Nova York), a região metropolitana francesa de Paris, a região próxima à Londres (sudeste inglês) e o Vale dos rios Reno e Ruhr, na Alemanha.

O caso do *Manufacturing Belt*, região industrial no nordeste dos Estados Unidos, é emblemático. Entre 1950 e 1980, o peso industrial do nordeste estadunidense caiu de 68% para 48%. A região entrou em declínio por uma série de fatores, e entre os principais estão a ascensão de novas áreas dentro do país, principalmente no sul e oeste (*Sun Belt*), e a globalização, devido à concorrência de outros países, que proporcionam menores custos. Para o caso estadunidense – cuja característica de suas lideranças é manter um posicionamento liberal e cujo regime de governança é federalista – as circunstâncias sinalizam para a desconcentração como efeito de mercado, apesar de que não podemos desconsiderar totalmente a atuação governamental, principalmente no que se refere aos investimentos em infra-estrutura.

Em alguns casos a desconcentração econômica foi apoiada pelo Governo, como parte da estratégia de planejamento regional. Um exemplo é a França pós Segunda Guerra Mundial, que se deparou com duas situações internas: uma região industrializada (que envolvia o nordeste do país, em volta de Paris) e uma região atrasada (sul e oeste). Para ilustrar o nível de concentração, Paris, com forte concentração produtiva, sinalizava para 6 milhões de habitantes no ano de 1950, enquanto as duas próximas cidades em escala, estavam apenas próximas a 500 mil (Cedeplar, 2005). Nesse mesmo ano foi apresentado o Plano Nacional de Ordenamento do Território, que tinha por objetivo favorecer a industrialização descentralizada. O plano envolvia fortes incentivos financeiros e fiscais a favor da descentralização e restrições para a localização de novas indústrias em Paris. Fortemente influenciado pelas idéias de planejamento e intervencionismo, o governo francês programou



várias políticas de redirecionamento de recursos produtivos de forma a reduzir o desequilíbrio e disseminar o desenvolvimento. Dentre essas políticas, destaque para programa de investimento em cidades no entorno de Paris, cujo objetivo era criar um anel de proteção que impedisse o crescimento da capital, e para o programa de metrópoles de equilíbrio, que selecionou oito cidades distribuídas pela França para concentrar investimentos estatais e incentivos fiscais e financeiros às empresas privadas. Pode-se observar, no caso francês, influência teórica de Perroux e Boudeville nas questões de planejamento, e de Myrdal e Hirschman, na prática do intervencionismo estatal como forma de dissipar o desenvolvimento que por si só é irregular e concentrado.

Outros casos de desconcentração industrial tiveram resultado menos expressivo. A Itália concentrou sua política de desenvolvimento na região do Mezzogiorno – sul do país – arrasada após a Segunda Guerra Mundial através de políticas de intervenção direta, e observou queda das disparidades por duas décadas a partir dos anos de 1950. O Reino Unido viu-se envolvido em políticas específicas de gastos governamentais para regiões menos desenvolvidas – nordeste e norte – com o auxílio de agências de desenvolvimento regional. A Alemanha, cujos investimentos para industrialização de regiões subdesenvolvidas tomou fôlego após a reunificação, já demonstra resultados, com algumas novas localidades industriais – principalmente no centro sul, com Stuttgart, Frankfurt e München – apresentando maior crescimento do que a tradicional região do Vale do Ruhr.

Diante da desconcentração produtiva em torno das principais metrópoles mundiais, o que se tem observado é uma mudança de perfil destas cidades globais, que passam a assumir papéis estratégicos como postos de comando na articulação da economia mundial. Estas cidades globais tornam-se centros financeiros e de negócios, especializados em serviços mais complexos e pólos captadores do fluxo de investimentos financeiros e comércio internacional (CAMPOLINA DINIZ & CAMPOLINA, 2007, p. 36).

O conceito de cidade global foi formulado por Saskia Sassen (1996), que as definiu como centros de comando da economia mundial, e detentores de um moderno setor econômico de serviços complexos – como consultoria, planejamento, marketing e propaganda, hotelaria, gastronomia e lazer – o terciário avançado. Para a autora, essas cidades possuem outras características comuns: concentram as sedes de grandes conglomerados transnacionais; têm bolsas de valores com importância internacional; contam com uma estrutura avançada de transporte e comunicações; possuem a presença de instituições

financeiras de grande porte; têm grande influência econômica no mundo e participam ativamente dos eventos internacionais. São definidas como cidades globais Nova York, Londres e Tóquio. Em outro patamar, mais baixo, estão São Paulo e Cidade do México. Em comum, todas já foram pioneiras na atuação industrial e passaram, ou passam, pelo processo de desconcentração produtiva que caracteriza a mudança do seu perfil: de centros de comando da economia mundial.

## **CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**

### **2.1. INTRODUÇÃO AO CASO BRASILEIRO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA**

É de conhecimento geral que o processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro foi marcado por uma forte polarização geográfica da produção e renda em uma grande região, onde se localizaram as atividades estratégicas, e que formou, em seu entorno, regiões periféricas com diferentes graus de complexidade econômica. A maior fatia de participação econômica era por contribuição da região sudeste, principalmente dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com destaque para suas regiões metropolitanas. Esta concentração geográfica limitada a Rio de Janeiro e São Paulo foi conseqüência de muitos fatores, entre os quais citamos a estrutura herdada pelo setor cafeeiro, o mais alto nível de urbanização, a presença da capital e o fato da região ter sido o foco dos investimentos feitos pelo Governo desde o início do século XX até a década de 1970.

Como capital do país desde 1763, o Rio de Janeiro concentrava um papel central no que se refere à política brasileira. A cidade pode usufruir das vantagens políticas e econômicas do fato de portarem a sede administrativa do país. A infra-estrutura melhorada desde a vinda da corte portuguesa, a enorme malha de serviços disponível e o papel de principal via marítima base de exportação resultaram na maior intensificação dos fluxos e atividades financeiras da cidade e proporcionavam condições para a industrialização. A implantação da cafeicultura consolidou o Rio de Janeiro como centro político e econômico do país (SILVA, 2003, p. 10).

Já o estado de São Paulo obteve sua ascensão econômica a partir da evolução do café como cultura principal no Estado, logo tomando a dianteira nacional à base de custos decrescentes e terras mais produtivas do que as do estado fluminense, formando o Complexo Cafeeiro Paulista. A ascensão da elite cafeeira proporcionou, tempos depois, que o café capitaneasse a expansão da economia paulista a partir do capital privado da elite estadual e confirmasse a superioridade paulista na questão da produção industrial após as ações governamentais derivadas da crise de 1929 – o processo de substituição de importações (SILVA, 2003, p.24-36).

A estrutura da região Sudeste foi fator a pesar para a polarização. A presença de capital, a disponibilidade de mão-de-obra, a existência do mercado consumidor e a melhor localização e facilidade de transportes foram fatos estruturais influenciadores no processo histórico de concentração produtiva em questão. A diferenciação entre regiões foi se ampliando a partir do processo de formação do mercado interno, cuja preparação para a evolução industrial a partir de um centro – a região Sudeste – acabou induzindo as outras áreas a se ajustarem de forma a atuarem de forma complementar.

Esses fatores formaram a base da concentração produtiva, e conseqüentemente, de renda no Sudeste, particularmente no eixo Rio - São Paulo. Dessa forma, no ano de 1960, os quatro estados da região Sudeste concentravam 62,76% do PIB nacional. No ano de 1970, a representação da região Sudeste no PIB brasileiro alcançou 65,55%.

**Tabela 1 – Participação do PIB Estadual no PIB Nacional a preços constantes (%)**

<b>Estado</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2008</b>
Distrito Federal	0,04%	1,26%	1,99%	2,12%	2,69%	3,75%	3,88%
Goiás	1,41%	1,52%	1,70%	1,87%	1,97%	2,35%	2,48%
Mato Grosso do Sul	-	-	1,09%	1,07%	1,08%	1,01%	1,09%
Mato Grosso	1,01%	1,09%	0,61%	1,02%	1,22%	1,74%	1,75%
Centro Oeste	2,46%	3,87%	5,39%	6,08%	6,95%	8,86%	9,20%
Alagoas	0,81%	0,68%	0,66%	0,65%	0,64%	0,66%	0,64%
Bahia	4,23%	3,80%	4,33%	4,24%	4,38%	4,23%	4,01%
Ceará	1,96%	1,44%	1,54%	2,01%	1,89%	1,91%	1,98%
Maranhão	1,10%	0,82%	0,84%	0,88%	0,84%	1,18%	1,27%
Paraíba	1,42%	0,71%	0,65%	0,84%	0,84%	0,79%	0,85%
Pernambuco	3,47%	2,91%	2,53%	2,75%	2,64%	2,32%	2,32%
Piauí	0,41%	0,37%	0,38%	0,50%	0,48%	0,52%	0,55%
Rio Grande do Norte	0,89%	0,54%	0,63%	0,75%	0,84%	0,83%	0,84%
Sergipe	0,49%	0,43%	0,39%	0,55%	0,54%	0,63%	0,64%
Nordeste	14,78%	11,71%	11,96%	13,17%	13,09%	13,07%	13,11%
Acre	-	0,13%	0,12%	0,15%	0,15%	0,21%	0,22%
Amazonas	0,85%	0,69%	1,11%	1,81%	1,71%	1,55%	1,54%
Amapá	-	0,11%	0,08%	0,17%	0,18%	0,20%	0,22%
Pará	1,38%	1,10%	1,55%	1,78%	1,72%	1,82%	1,93%
Rondônia	-	0,10%	0,27%	0,47%	0,51%	0,60%	0,59%
Roraima	-	0,03%	0,04%	0,07%	0,10%	0,15%	0,16%
Tocantins	-	-	0,17%	0,20%	0,22%	0,42%	0,43%
Norte	2,23%	2,16%	3,34%	4,64%	4,60%	4,96%	5,10%
Espírito Santo	1,05%	1,18%	1,47%	1,91%	1,96%	2,20%	2,30%
Minas Gerais	9,97%	8,28%	9,42%	10,09%	9,64%	8,97%	9,32%
Rio de Janeiro	17,04%	16,67%	13,73%	11,14%	12,52%	11,50%	11,32%
São Paulo	34,71%	39,43%	37,71%	34,93%	33,67%	33,86%	33,08%
Sudeste	62,76%	65,55%	62,34%	58,07%	57,79%	56,53%	56,02%
Paraná	6,41%	5,43%	5,76%	6,13%	5,99%	5,90%	5,91%
Rio Grande do Sul	8,78%	8,60%	7,93%	8,12%	7,73%	6,72%	6,58%
Santa Catarina	2,59%	2,68%	3,29%	3,78%	3,85%	3,97%	4,07%
Sul	17,77%	16,71%	16,97%	18,03%	17,57%	16,59%	16,56%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata.

Entretanto, o que se nota a partir da década de 1970 é o início de um processo de descentralização econômica, como pode ser observado na tabela 1. A participação relativa da

região Sudeste frente ao PIB nacional caiu paulatinamente desde 1970, indicando 56,02% no ano de 2008 e confirmando uma redução de 9,53%. Ao mesmo tempo, a participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que juntas representavam menos de 18% do total do PIB do país em 1970, alcançaram 27,41% de participação conjunta no ano de 2008. Um aumento conjunto de quase 10%.

Há de se observar a queda acentuada na participação de São Paulo e Rio de Janeiro no PIB Nacional. Houve redução de -6,34% na participação paulista entre 1970 e 2008, que passou de 39,43% para 33,08%, de acordo com a tabela 1. Já o percentual carioca foi reduzido de 16,67% para 11,32% no mesmo período, variação de -5,35%. Esse resultado sinaliza para a redução da importância relativa dos dois maiores centros do país no Produto Interno Bruto nacional.

Na direção contrária estão os Estados do Norte e Nordeste. Na região Norte, todos os estados sinalizaram crescimento, ainda que pequeno, em suas contribuições no produto nacional, de 1970 a 2008. Na região Nordeste, apenas dois dos nove estados apresentaram queda, menores que um ponto percentual: Pernambuco (-0,59%) e Alagoas (-0,04%).

A região Centro-Oeste foi a que mais cresceu sua participação na renda nacional (5,33%), muito em função da transferência da capital para o Distrito Federal e dos incrementos econômicos derivados da mudança. A participação da nova capital cresceu 2,61% desde 1970. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, um só estado em 1970, também deram sua contribuição, com um crescimento conjunto de 1,75% na participação do PIB até 2008. Goiás, por sua vez, teve um aumento mais tímido, de 0,97% (ainda que atenuado pela emancipação de Tocantins).

Quanto à região Sul, apesar da aparente perda de importância relativa na composição do PIB nacional (-1,21%), é um caso a parte. Em que se pese a redução da contribuição da área metropolitana de Porto Alegre (terceira em importância do país), ao analisar mais a fundo, notar-se-á que a região Sul foi também beneficiada no processo de interiorização industrial, com alta concentração produtiva em microrregiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SABOIA, 2010).

O início da década de 1970, portanto, é marcado pelos efeitos do período do Milagre Brasileiro (1968-1973) e do II PND (1974-1979), com o início de um novo período de expansão da economia brasileira, com intenso crescimento industrial, acompanhado de um processo de desconcentração produtiva e econômica – o primeiro no Brasil – a partir do

avanço estrutural promovido nas outras regiões, de forma a propiciar melhores condições locais. As forças atuantes em prol da desconcentração no país são analisadas na próxima sessão.

## 2.2. A PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1970-1985): A PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NO DESLOCAMENTO DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS

A **primeira etapa** do processo de desconcentração econômica no Brasil, iniciada na década de 1970, pode ser explicada, sobretudo, pelos seguintes fatores:

a) a decisão das esferas de Governo de promover a evolução econômica nas áreas menos desenvolvidas do país e o conseqüente investimento na infra-estrutura nacional; b) a expansão da produção agrícola e mineral para áreas interioranas do país, atraindo uma série de serviços secundários e aumentando os fluxos econômicos em áreas economicamente defasadas; c) o aumento da capacidade de atração das áreas menos desenvolvidas, a partir da evolução da infra-estrutura local, dos incentivos fiscais e do crescimento das redes aglomerativas; d) o esgotamento produtivo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e o aprofundamento do esvaziamento econômico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), em função do aumento dos custos e da atuação de deseconomias de escala, e também por efeito dos três fatores citados acima, que, em conjunto, acarretaram na diminuição da atratividade relativa de tradicionais regiões produtoras. (DINIZ, 1995, p. 7).

De forma geral, pode-se dizer que o processo de desconcentração iniciado a partir da década de 1970 foi impulsionado pela decisão governamental de atuar como promotor do desenvolvimento em áreas de menor nível sócio-econômico, principalmente com o uso de política industrial distributiva, a partir do processo de industrialização pesada impulsionado pelo governo militar. Conforme explica Loureiro (2006):

“A participação do Estado é central para entender a dinâmica espacial produtiva brasileira neste período, já que a orientação da política econômica do II PND (segunda fase da industrialização pesada) representa uma manifestação explícita de política de desconcentração industrial por parte do governo federal, visto que a maioria dos investimentos foi realizado fora do Estado de São Paulo.” (LOUREIRO, 2006, p. 54)

É importante frisar novamente a forte ligação entre desenvolvimento econômico e localização industrial, já mencionada no primeiro capítulo. Especialmente no caso do Brasil, a desconcentração produtiva só foi possível graças aos esforços do governo em deslocar investimentos industriais para áreas menos avançadas. Segundo Loureiro (2006), a escolha de regiões menos desenvolvidas era um dos critérios de julgamento para efeito de concessão de financiamentos e incentivos a projetos industriais feito por órgãos ligados ao Governo Federal, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), com papel de disponibilizar as linhas públicas de crédito, e o Conselho de Desenvolvimento Industrial. A disponibilização de estímulos fiscais e financeiros foi um instrumento usado pelos órgãos federais para aumentar a atratividade de investimentos dessas regiões. Ao fim dos anos 60, aparecem também os benefícios fiscais a nível estadual, como isenção de ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias, atual ICMS) e doação de terreno, fomentando assim a competição inter-regional por investimentos.

De fato, para o Governo Federal, a desconcentração industrial era um objetivo intrínseco ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que apoiou, em sua maioria, investimentos em áreas menos desenvolvidas. São exemplos de investimentos deslocados e apoiados pelo II PND: o pólo petroquímico de Camaçari (BA), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (ES) e o Complexo mineralógico de Carajás (PA), além de siderúrgicas em Itaqui (MA) e Açominas (MG), projetos de extração mineral de Rio do Norte (PA) e Caraíbas (BA) e captações para o pólo tecnológico da Zona Franca de Manaus (AM).

Junto ao processo de distribuição dos investimentos industriais em áreas menos desenvolvidas, há de se considerar também a introdução de políticas públicas de desenvolvimento em escala regional – um exemplo é a constituição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – cuja aplicação começou no Brasil na década de 1960. Esse tipo de agente regional tinha por objetivo encontrar soluções para diminuir as desigualdades frente aos centros mais desenvolvidos do país, através de ações de grande impacto e incentivos fiscais, captando investimentos do eixo Sul-Sudeste para as áreas menos desenvolvidas: Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Muitos braços governamentais foram criados para pensar soluções, entre os quais a própria SUDENE, bem como a similar SUDAM em 1966 – responsável por pensar e promover o desenvolvimento de toda a região Norte – e o Plano de Integração Nacional em 1970, que agia como distribuidor de terras e promotor de incentivos para agricultura e pecuária no Norte, Centro-Oeste e Nordeste.



Nesse sentido, o Governo procurou proporcionar também condições de infraestrutura para maior atração das áreas menos desenvolvidas, sempre com investimentos localizados em regiões periféricas e, em geral, de acordo com os recursos disponíveis e capacidade de desenvolvimento. A intervenção do Estado se deu, em geral, a partir da atuação de estatais em segmentos como transportes, energia elétrica e telecomunicações.

Em relação ao transporte, desde a década de 1960 já haviam projetos planejados. Foram iniciadas obras para a construção de rodovias como a Transbrasiliana (BR-153), a Transamazônica (BR-230), a BR-242 e a BR-163, entre outras que buscavam interligar o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste internamente e ao resto do país. Segundo Campolina Diniz e Crocco (1996, p. 85), a malha rodoviária pavimentada era de 12.700 km em 1960, passando para 48.000 km em 1970 e chegando a 130.000 km em 1990.

Também a produção de energia recebeu consideráveis investimentos. No Nordeste, tivemos incrementos no Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso: a usina de Paulo Afonso III iniciou os trabalhos em 1971, e a usina Apolônio Sales começou em 1975. Paulo Afonso IV começou a produzir em 1979, mesmo ano de início da operação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Na região Norte, foram construídas as usinas hidrelétricas Coaracy Nunes (1975) e Curua-Uma (1977). No Centro-Oeste pôde-se observar a inauguração das hidrelétricas de Engenheiro Sousa Dias (1974) e Ilha Solteira (1978). Segundo Campolina Diniz e Crocco (1996, p. 85), a capacidade de geração de energia elétrica passou de 11 para 60 milhões de kilowatts entre 1970 e 1990.

De fato, a atuação do Governo Federal na distribuição dos investimentos nas regiões defasadas do Brasil seguiu a linha de intervencionismo como meio para contornar problemas estruturais e aumentar a capacidade de atração das regiões subdesenvolvidas. Os investimentos públicos foram fundamentais para aumentar o volume de fluxos econômicos e proporcionar o desenvolvimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pode-se ter uma melhor percepção acerca da execução de investimentos ao observar a evolução da formação bruta de capital fixo: na década de 1970, esse indicador teve crescimento médio de 10,2% ao ano no Brasil e também no Nordeste. Da mesma forma, de acordo com Monteiro e Gomes (2000), o percentual da formação bruta de capital fixo da região Norte subiu de 4,6% em 1970 para 5,2% em 1980, chegando a 11,5% em 1985. Para a região Centro-Oeste, a formação bruta de capital fixo era de 6% em 1970, passando a 7,5%

em 1980 e 9,9 em 1985. A contribuição dos investimentos públicos em infra-estrutura foi crucial no surgimento de novas áreas em desenvolvimento, como menciona Loureiro (2006):

“[...] economias de aglomeração se formaram em outras cidades ou regiões, constituindo-se em novas áreas de atração de população e de empreendimentos industriais, favorecidas por investimentos em infra-estrutura, tais como a expansão da malha viária, dos meios de comunicação e a ampliação da geração de energia” (LOUREIRO, 2006, p. 53)

Outro fator a pesar na descentralização recente é o fenômeno expansionista em termos de produção agrícola e extração mineral no Brasil. De acordo com Diniz e Crocco (1996, p. 85), a partir do final da década de 1960 pode-se notar o aumento da produção de grãos na região Sul, e posteriormente, no Centro-Oeste. Com relação à extração mineral, houve avanços na produção em todo país, com destaque para a região Norte, com investimentos em Rondônia, no Amapá e no Pará, este último portando o projeto de maior relevância, o Programa Grande Carajás. Este projeto, que envolveu aquela que é considerada a reserva mineral mais rica do mundo, contou com enorme estrutura de apoio, incluindo a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro dos Carajás.

Os implementos técnicos agrícolas e minerais, e a conseqüente diversificação da pauta produtiva mineral, orientada para a exportação e a industrialização, impunham a necessidade de atração de um conjunto de indústrias próximas e articuladas a produção. Fato é que a expansão da agricultura e da extração mineral para além de suas fronteiras acabou por trazer consigo atividades de suporte urbano e industrial para áreas menos desenvolvidas, aumentando o fluxo de interações econômicas da região e tornando, com o tempo e os investimentos, sua rede aglomerativa mais complexa.

Pode-se dizer que a primeira etapa do processo de desconcentração econômica no Brasil segue a linha de pensamento intervencionista. O redirecionamento de indústrias-chave para localidades subdesenvolvidas, como o pólo petroquímico na Bahia, as siderúrgicas em Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão e o pólo tecnológico no Amazonas – cuja base teórica está nos estudos de Perroux – acabaram por gerar necessidades complementares de produção e foram os propulsores na captação de mais fluxos econômicos positivos para essas regiões, convergindo nos efeitos da causação circular proposta por Myrdal.

O processo de desconcentração industrial e econômica se mantém do início da década de 1970 até o ano de 1985. No entanto, no período de 1985-1990, a **descentralização**

**perde força**, em função da crise vivida pela economia brasileira, e da conseqüente diminuição dos investimentos públicos. Os investimentos que proporcionaram o II PND e o “Milagre Brasileiro” eram fundamentados no endividamento externo, e o processo de ajustamento fiscal imposto pelos credores – entre outras medidas, redução forte dos gastos de Governo e desvalorização da moeda – culminou no aumento da taxa de juros interna e no crescimento da dívida pública, reduzindo a capacidade de poupança e de investimentos públicos, e acelerando a inflação. Um dos efeitos da “crise da dívida” foi a na redução de investimentos governamentais que marcaram o início do processo de desconcentração. As políticas de desenvolvimento regional foram deixadas em segundo plano pelo Governo Federal, haja vista a desorganização dos órgãos específicos, como a SUDENE e a SUDAM. A condição econômica desfavorável contribuiu para a redução dos importantes investimentos em infraestrutura na periferia.

### 2.3. A SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO DO BRASIL (1992): ALTERAÇÕES NO MAPA INDUSTRIAL POR MOTIVAÇÕES DE MERCADO

No período 1985-1990, os investimentos do II PND já estavam, em geral, maturados, e seus impactos descentralizadores foram reduzidos. Em que se pese a queda dos investimentos públicos, os resquícios de desconcentração nesse período se devem muito mais aos impactos negativos da crise, em maior escala, nos grandes centros econômicos, principalmente São Paulo. Nas palavras de Cano (1997):

“a crise da década de 80, que parece ter afetado mais a economia de São Paulo, aumentando a desconcentração muito mais pelas quedas mais altas da produção paulista do que por ‘maiores altas’ na produção periférica [...]” (CANO, 1997, p. 108)

O período 1985-1992 caracterizou-se então, segundo Cano (1997) pela inflexão no processo de desconcentração econômica observado nos anos anteriores, principalmente a partir da inserção nos fluxos de comércio internacional via abertura comercial. O autor defende a idéia de que houve indícios de reconcentração, e afirma que os resultados obtidos a partir do impacto da crise econômica no período sinalizaram para resultados estatísticos, mas não reais:

“Entre 1985 e 1995, quando convivemos, primeiro com a “crise da dívida” e agora, também com políticas neoliberais, o crescimento econômico de São Paulo (e do Brasil) tornou-se, na média, medíocre e, com isso, o arrefecimento da dinâmica de acumulação inibiu também o crescimento periférico. Isso causou uma inflexão no processo de desconcentração econômica que, em muitos casos, apresentou resultados mais “estatísticos” do que efetivos.” (CANO, 1997, p. 107)

Posição diferente tem Pacheco (1999), que sinaliza apenas para uma redução da velocidade e intensidade das forças de desconcentração. Nas palavras do autor sobre o período 1985-1995:

“[...] continuidade da desconcentração econômica, ainda que de forma menos intensa em função do menor investimento agregado, com perdas da região metropolitana de São Paulo e também do estado do Rio de Janeiro.

Em paralelo, essa trajetória deve vir acompanhada de aumento da heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de ilha de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias.” (PACHECO, 1999, p. 37)

O período de 1985-1990 é marcado pelos esforços no sentido da reestruturação econômica nacional e das tentativas de sair da crise. Não há informações concludentes acerca da continuação da descentralização econômica vivida no período anterior, ou mesmo de um processo de reconcentração, e por isso mesmo, ainda há divergências entre os autores. Contudo, todos aqueles que tratam o assunto estão de acordo que a intensidade do processo de desconcentração foi muito menor a partir de 1985. (BRAGUETO, p. 12).

O ano de 1992 ficou marcado por ser o início da retomada do processo de desconcentração econômica no país (BRAGUETO, p. 10). Trata-se de uma **segunda etapa de desconcentração**, impulsionada pelo capital privado, que busca condições melhores de custos para competir com as empresas estrangeiras, num processo de inserção no mercado global a partir da abertura comercial promovida pelo governo federal. Muito embora a participação do Estado – com o uso de incentivos fiscais – tenha sua contribuição na localização de algumas indústrias, a busca da redução de salários e custos de produção e transporte pela iniciativa privada surge como motor das alterações no mapa industrial brasileiro. Diferente da primeira etapa, cujo motor da desconcentração é o Estado, nessa nova fase a desconcentração é direcionada pelo setor privado, ou seja, pelo próprio mercado.

Esse novo perfil, na retomada do processo de desconcentração, pode em parte ser associado à base teórica proposta por Hirschman: o crescimento de regiões menos desenvolvidas acontece, de forma irregular, a partir de indústrias e cadeias de desequilíbrios e, a partir da atração locacional exercida por nessas áreas. A participação do estado, muito citada pelo autor, nessa segunda etapa de desconcentração se dá geralmente a partir de incentivos fiscais e obras de infra-estrutura. E apesar da convergência acontecer nesse segundo período de desconcentração a partir das forças de mercado, há o entendimento de que essa movimentação não teria sido possível sem os investimentos governamentais – leia-se II PND – na primeira etapa de desconcentração.

Em função da evolução da conjuntura econômica do país, essa dinâmica essencialmente privada persiste até o ano de 2004, onde os investimentos governamentais retomam participação na dinâmica econômica das regiões.

## 2.4. A ATENUAÇÃO DA POLARIZAÇÃO: A DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NAS DUAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS

A partir do processo descentralizador observado nas seções anteriores, pode-se esperar impactos relevantes nos principais centros polarizadores do país. Faz-se necessário, então, analisar de forma mais específica o processo de desconcentração pela ótica dos principais centros polarizadores do país – a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – que ao mesmo tempo participam, como causa e efeito, das transformações. De forma complementar, essa seção tratará de caracterizar os efeitos das duas etapas do processo de desconcentração sobre as regiões metropolitanas.

A primazia econômica das duas áreas metropolitanas mais representativas no país se deu através do processo de formação histórico-econômica do Brasil. Enquanto a formação econômica da RMRJ agregou seus fluxos econômicos com as atividades da esfera governamental desde a determinação do Rio de Janeiro como Distrito Federal, a RMSP estava em franca ascensão desde o início do século XX impulsionado pela economia cafeeira e pela fase de expansão da indústria paulista, cuja trajetória de participação relativa na indústria nacional foi crescente até 1970.

A área metropolitana fluminense era o principal centro econômico-financeiro do país e detinha a maior parcela de contribuição econômica no início do século XX. O pioneirismo da RMRJ manifestava-se também no setor industrial: no ano de 1907, somente a cidade do Rio de Janeiro abrigava 30% do valor bruto de produção (VBP) da indústria nacional (LOUREIRO, 2006).

Já na área metropolitana paulista, a economia do café era o carro chefe. Nos anos iniciais do século XX, a produção cafeeira paulista para exportação já ultrapassava de muito o volume da produção das regiões concorrentes: no período de 1901-1910, por exemplo, a produção foi de 9.252 sacas, contra 2.772 de Minas Gerais e apenas 995 sacas do Rio de Janeiro (LOUREIRO, 2006). Ao mesmo tempo, a indústria paulista “havia consolidado um perfil industrial orientado para os setores novos e tecnologicamente mais adiantado.” (SILVA, 2004, p. 25 *apud* MELO & CONSIDERA, 1986, p. 113).

Em função das diferenças na formação econômica de ambas as regiões metropolitanas, seus caminhos foram bem diferentes no decorrer do século XX. A área

metropolitana de São Paulo observou grande avanço econômico, com um segmento industrial moderno e mais bem preparado que o fluminense, conforme observou Silva:

“[...] Sobre a derrocada da indústria fluminense chama a atenção que, em bem pouco tempo, a própria indústria local perdeu parte de seu mercado (interno) para a concorrente paulista., inclusive nos setores que era considerada hegemônica. Nos anos de 1920, a indústria do Rio de Janeiro já operava a custos mais elevados que as sediadas em território paulista e assim na medida que avançava o processo de integração do mercado nacional, a indústria fluminense é substituída pela paulista até no próprio mercado local.”. (SILVA, 2004, p. 25)

Enquanto a RMSP ultrapassava a área metropolitana fluminense e se consolidava como principal região industrial do país, a RMRJ apresentou baixas taxas de crescimento e uma trajetória de quedas na sua contribuição econômica relativa. A mudança de capital reduziu ainda mais os fluxos da economia estadual – com a migração de diversos órgãos estatais para a nova capital – e diminuiu sua capacidade de investimento. O quadro de austeridade e ausência de financiamento vivido pelo país na década de 1980 agravou o quadro e definiu o que foi chamado de “Rio de Todas as Crises”, nome representativo para o período em que a região chegou a experimentar períodos de esvaziamento econômico real.

O ano de 1970, portanto, apresentou o auge da economia paulista, cujo pólo de crescimento é a cidade de São Paulo e seu entorno – a RMSP. Esse mesmo ano caracterizou a intensificação da crise na economia fluminense, resultado de anos de crescimento abaixo da média nacional e do conseqüente esvaziamento econômico relativo. É a partir de 1970 que tem início o processo de desconcentração econômica brasileiro.

A tabela abaixo apresenta a participação relativa das regiões metropolitanas no Produto Interno Bruto nacional, a partir da década de 1970. Os dados corroboram o avanço do processo de desconcentração que atingiu as duas principais áreas econômicas do país: as regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Rio de Janeiro (RMRJ). Observa-se que as fatias de contribuição das duas regiões metropolitanas diminuíram drasticamente desde a década de 1970.

**Tabela 2 – Participação Relativa das Regiões Metropolitanas no PIB Nacional (%) – a partir do PIB deflacionado a preços de 2000**

Região Metropolitana	1970	1975	1980	1985	1996	2000	2005	2008
Salvador	1,89%	2,07%	2,45%	2,91%	2,22%	2,22%	2,15%	1,95%
Fortaleza	0,92%	0,81%	0,98%	1,10%	1,30%	1,32%	1,23%	1,26%
Distrito Federal e Entorno	1,37%	1,50%	2,02%	2,25%	2,85%	4,22%	3,75%	3,88%
Goiânia	0,48%	0,50%	0,60%	0,66%	0,96%	0,93%	0,85%	0,89%
Belo Horizonte	2,99%	3,34%	3,38%	3,22%	3,68%	3,06%	2,97%	3,24%
Belém	0,69%	0,62%	0,69%	0,73%	0,72%	0,69%	0,65%	0,64%
Recife	1,91%	1,73%	1,72%	1,58%	1,79%	1,60%	1,52%	1,51%
Curitiba	1,57%	1,77%	2,03%	2,15%	2,59%	2,52%	2,35%	2,45%
Rio de Janeiro	15,80%	14,41%	11,90%	10,56%	9,65%	9,72%	8,08%	7,65%
Porto Alegre	3,85%	4,03%	3,77%	3,65%	3,70%	3,49%	3,18%	2,89%
São Paulo	28,52%	27,96%	23,06%	20,55%	19,51%	22,08%	19,15%	18,87%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata.

A área metropolitana paulista, que concentrava quase 30% da produção total do país em 1970, representou apenas 18,87% da mesma em 2008. Ou seja: a RMSP reduziu sua participação em 9,64%. Já a região metropolitana carioca, que em 1970 contribuiu com 15,80% da produção nacional, no ano de 2008 passou a concentrar apenas 7,65% da mesma, configurando uma queda de 8,15% em sua participação relativa.

A queda considerável da participação da RMSP e da RMRJ indica a dificuldade dos dois principais centros econômicos do país em manter sua influência pioneira e polarizadora dos investimentos econômicos. A evolução das duas regiões passa a acontecer em ritmo menor do que em outras áreas do país, sendo assim caracterizada a inversão da tendência de concentração produtiva e econômica nas duas maiores regiões metropolitanas nacionais. Esse processo é explicado, entre outras causas, pelo (a):

a) efeito de deseconomias de urbanização na RMSP e na RMRJ – aumento de custos nas regiões centrais, em função de elevações no preço da terra e aluguéis (mais valorizados) e de patamares mais altos de salário, conseguidos por pressões sindicais, além de despesas relacionadas a questões ambientais, que motivam a alteração locacional das indústrias – bem como o surgimento de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos, que aumentaram seus níveis de atratividade;



b) busca de recursos naturais, a partir da expansão das fronteiras agrícolas e minerais, cujo efeito é a alteração na localização de um bloco de atividades industriais, e que tem também reflexo na questão dos custos;

c) a unificação dos mercados, a partir do desenvolvimento da infra-estrutura em áreas menos desenvolvidas, abrindo novas possibilidades de localização para as empresas.

Assim como no caso da polarização, o setor industrial tem influência decisiva na desconcentração econômica. Para o caso brasileiro, observa-se que pelo menos duas das três principais causas para a atenuação da polarização têm forte impacto no setor produtivo. A participação industrial no processo de reversão da polarização pode ser confirmado a partir da tabela 3, que apresenta o total de empregos no setor industrial em regiões metropolitanas e sua participação relativa nacional.

**Tabela 3 – Total de Ocupados no setor industrial em Regiões Metropolitanas selecionadas do Brasil (em mil pessoas) e participação relativa nacional (%): 1970, 1980, 1991 e 2000**

Ano	1970		1980		1991		2000	
	total	%	total	%	total	%	total	%
<b>Metropolitanas</b>								
São Paulo	1.013	29,7	2.001	27,8	1.881	21,6	1.251	16,1
Rio de Janeiro	348	10,2	621	8,6	584	6,7	385	5,0
Belo Horizonte	79	2,3	199	2,8	262	3,0	231	3,0
Salvador	43	1,3	97	1,3	110	1,3	94	1,2
Fortaleza	36	1,1	102	1,4	145	1,7	156	2,0
Recife	73	2,1	134	1,9	141	1,6	108	1,4
Belém	18	0,5	45	0,6	49	0,6	50	0,6
Curitiba	44	1,3	115	1,6	159	1,8	169	2,2
Porto Alegre	126	3,7	278	3,9	355	4,1	290	3,7
<b>Brasil</b>	<b>3.406</b>	<b>100,0</b>	<b>7.188</b>	<b>100,0</b>	<b>8.714</b>	<b>100,0</b>	<b>7.777</b>	<b>100,0</b>

Fonte: LOUREIRO, Ana Cláudia Nonato da Silva (2006), a partir do Censo Demográfico (IBGE).

Os números mostram o encolhimento relativo do setor industrial nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Comparando o ano 2000 com 1970, a redução percentual da contribuição da RMRJ no total de ocupados no setor industrial foi de 5,2%, e na RMSP foi ainda maior, de 13,6%, sinalizando claramente que as duas áreas metropolitanas não acompanharam o ritmo de crescimento do emprego industrial de outras localidades do país. Vale destacar ainda que, se for comparado o total de ocupados no setor industrial do ano

2000 com os anos de 1980 e 1991, observa-se que houve redução real do número de ocupados no setor, para ambos os casos.

A diferença de perfil entre a primeira etapa do processo de desconcentração (1970-85), iniciada pelo governo, e a segunda etapa (1992-2004), impulsionada pelo setor privado, pode ser observada. Até 1991, as quedas no percentual de participação na ocupação formal no setor industrial são limitadas basicamente a RMRJ e a RMSP, enquanto que as outras regiões metropolitanas apresentam aumento percentual, ainda que tímido, em suas participações. Em que se pese o ano de 2000 em comparação ao ano de 1991, já nota-se uma tendência de queda real em outras quatro regiões metropolitanas: Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, sinalizando que a perda de indústrias não esteve restrita só aos dois principais pólos de crescimento do país. Ou seja: após o início da década de 1990 o setor privado, de uma forma geral, sinalizou para uma tendência de reposicionamento de suas indústrias para fora das grandes áreas metropolitanas primazes. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estado foco deste trabalho, observa-se que, em volume real de ocupados no setor industrial, o quadro no ano 2000 é próximo ao do ano de 1970, não apresentando assim, resultados positivos no setor e sim oscilação, estagnação e perda de atratividade. Em unidades locais do setor industrial, o que se pode constatar é que a RMRJ não consegue acompanhar o ritmo de crescimento de outras regiões metropolitanas, que em geral já é mais baixo que o restante do país. O caso específico do Rio de Janeiro é observado no próximo capítulo, onde observamos os sinais da segunda etapa de desconcentração produtiva pós-1985 e a posterior recuperação do setor industrial, a partir dos anos 2000.

Certo é que a atuação do Governo como fomentador de investimentos e a expansão dos setores primários para regiões menos desenvolvidas acabaram por aumentar a sua atratividade destas localidades. A expansão das fronteiras de agricultura e de extração mineral também tratou de contribuir para o efeito de desconcentração produtiva. A reversão de polarização dos dois maiores centros urbanos – a RMRJ e a RMSP – foi aprofundada. O conjunto destas forças acabou por influenciar na distribuição das atividades econômicas, alterando também a contribuição econômica regional a partir do Produto Interno Bruto. Nas palavras de Diniz e Crocco: “o maior crescimento de regiões atrasadas e a emigração que ainda existe destas regiões para São Paulo e para regiões vazias está determinando uma convergência da renda per capita no Brasil” (DINIZ & CROCCO, 1996, p. 86)

## **CAPÍTULO 3 – A NOVA ESTRUTURA ECONÔMICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **3.1. INFLEXÃO POSITIVA CENTRADA NO INTERIOR**

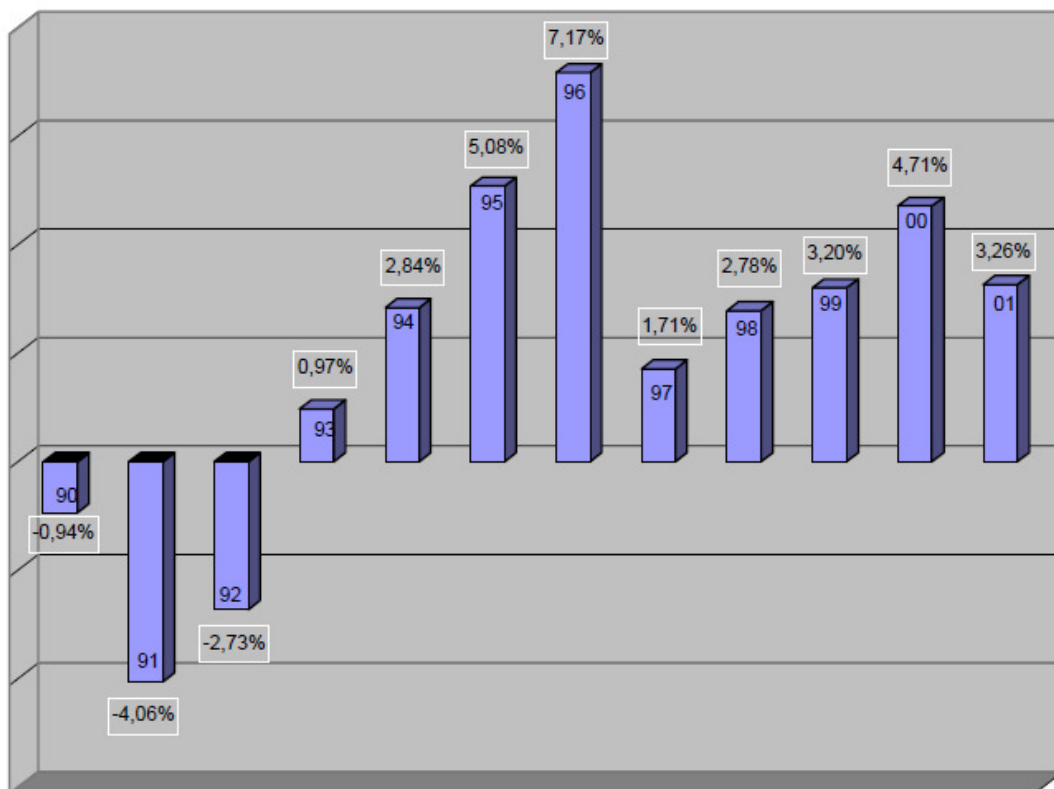
Não obstante o esvaziamento econômico relativo – queda da participação no PIB nacional – o quadro da economia fluminense durante a década de 1980 era decepcionante. O Rio de Janeiro se via as voltas com o aumento da informalidade, quedas de renda e crescimento industrial pífio. (FAURÉ, HASENCLEVER & NETO, 2008; OLIVEIRA, 2003; NATAL, 2005; SILVA, 2004). A concretização dos resultados dos investimentos públicos do II PND aumentou a atratividade de outras regiões do país, abrindo novas opções de localização. Para completar, a política de austeridade em que o Brasil entrou a partir da década de 1980 – em função dos problemas com a dívida externa – acabou por agravar a crise num estado altamente dependente dos investimentos estatais, principalmente no setor produtivo. Sobre isso, discorrem Godinho e Silva:

“Economicamente, no decorrer da década de 1980, o estado também passa por mudanças importantes na sua estrutura econômica. No setor metal-mecânico, verifica-se a completa falência do setor naval e de vagões, tão importante na economia do estado, e a diminuição da capacidade produtiva do setor têxtil, com o fechamento de suas principais indústrias. [...] A cidade do Rio de Janeiro não consegue sustentar a instalação de um pólo de informática no seu território, após o fechamento da única indústria nacional de computadores, a Cobra, pelo governo federal.”. (GODINHO, 2003, p. 35)

Algumas indústrias altamente dependentes de financiamentos públicos, como a Naval, sofreram impacto imediato. Em 1980, esse setor fazia uso de 85% de sua capacidade instalada; no ano de 1990 esta capacidade caiu para 38% (SILVA, 2004; FAURÉ, HASENCLEVER & NETO, 2008). Outros segmentos, como o têxtil e o siderúrgico, defasados e não competitivos, foram gravemente impactados após queda na demanda, em parte pela alta dependência do mercado interno estadual – que perdeu poder de compra após a transferência da capital e a crise da dívida externa – e em parte pelo processo de abertura de mercado e política cambial propostas no início da década de 1990, que gerou alta competição externa.

Contudo, apesar do panorama pessimista, a partir da metade dos anos 1990 pode-se observar uma inflexão positiva no PIB estadual, num sinal de recuperação da economia regional. O gráfico abaixo apresenta essa inflexão:

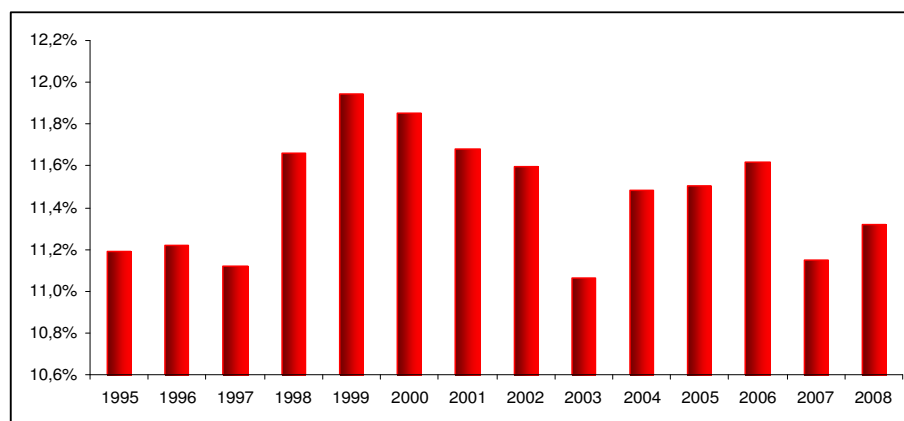
**Gráfico 1 – Variação do PIB no Estado do Rio de Janeiro, 1990-2001**



Fonte: Fundação CIDE, Anuário Estatístico, 2001 e 2002 *apud* Oliveira (2003).

Diversos autores já publicaram opiniões acerca da inflexão positiva do Rio de Janeiro. Oliveira (2003), a partir do gráfico acima, acredita que essa inflexão se deu na primeira metade da década de 1990, a partir do crescimento das atividades extrativistas. Silva (2004) afirma que o processo de superação do esvaziamento real aconteceu na segunda metade da década de 1990, sem precisar exatamente quando. Fauré & Hansenclever (2005) acreditam que a recuperação econômica do estado aconteceu após o ano de 1998, impulsionada por uma forte ampliação da cadeia produtiva petrolífera. O gráfico abaixo converge em favor desta última visão: os dados mostram que o ano de 1999 foi o pico da contribuição relativa do estado do Rio de Janeiro no PIB nacional nas últimas duas décadas.

**Gráfico 2 – Relação PIB do Estado do Rio de Janeiro / PIB do Brasil, 1995-2008**

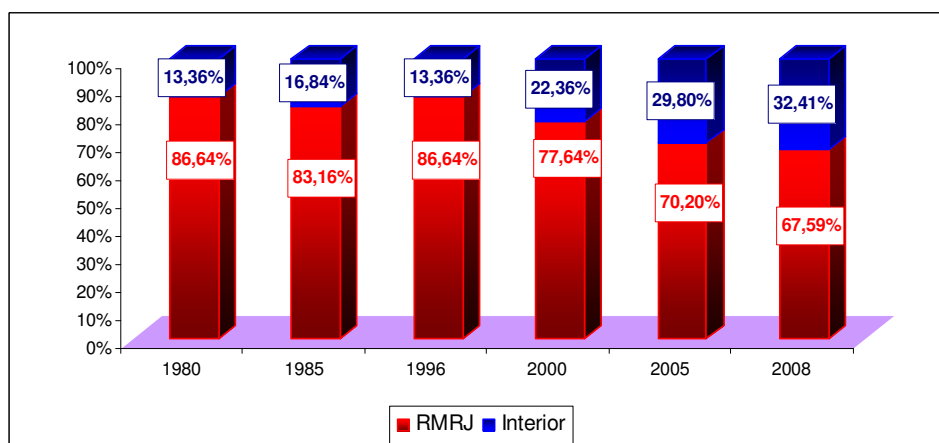


Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ (Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas).

Muito embora não haja anuência acerca da inflexão produtiva, os dados sinalizam que é a partir da segunda parte da década de 1990 que o estado do Rio de Janeiro confirma sua trajetória de recuperação, com aumento de sua contribuição no PIB nacional e taxas de crescimento anual maiores que as registradas no Brasil e em outros estados da região Sudeste (FAURÉ, HASENCLEVER & NETO, 2008).

O período de inflexão positiva pós-1998 converge com o processo de aumento substancial da contribuição do interior no PIB estadual. O gráfico 3 apresenta as participações do interior e da região metropolitana no PIB estadual.

**Gráfico 3 – Participação do Interior no PIB do Estado do Rio de Janeiro 1980-2008**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata.

No período 1980-2008, a RMRJ sinalizou para uma perda de contribuição relativa de cerca de 19% no total estadual, sinalizando para uma **interiorização** considerável de riqueza. De apenas 13,36% em 1996, a interior passou a contribuir com 22,36% em 2000, 29,8% em 2005 e 32,41% em 2008. Esse aumento de contribuição relativa do interior no PIB sinaliza o mais rápido crescimento das áreas interioranas em comparação a região metropolitana fluminense. Fica evidente, então, que o interior foi o responsável direto pela inflexão positiva vivida pelo estado do Rio de Janeiro, uma vez que a recuperação do estado se confunde com o crescimento mais veloz do interior.

Quanto aos segmentos industriais que impulsionaram a inflexão econômica estadual, a tabela abaixo nos auxilia no entendimento: ela nos apresenta a participação percentual de atividades econômicas no valor adicionado bruto do produto fluminense no decorrer dos anos, a partir do ano de 1996, cujo destaque é o setor industrial (aumento de 11,60% na participação no valor adicionado bruto do estado).

**Tabela 4 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, Estado do Rio de Janeiro – 1995-2008**

Atividades Econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)						
	1995	1998	2000	2002	2004	2006	2008
<b>Agropecuária</b>	<b>0,81</b>	<b>0,64</b>	<b>0,66</b>	<b>0,54</b>	<b>0,60</b>	<b>0,49</b>	<b>0,44</b>
Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	...	...	...	0,25	0,30	0,24	0,21
Pecuária e pesca	...	...	...	0,30	0,30	0,25	0,23
<b>Indústria</b>	<b>19,55</b>	<b>19,13</b>	<b>24,05</b>	<b>24,31</b>	<b>28,91</b>	<b>32,77</b>	<b>31,56</b>
Indústria extrativa	1,25	0,88	5,74	6,91	8,08	15,60	15,40
Indústria de transformação	9,80	9,10	9,76	9,13	11,96	9,64	9,87
Construção civil	6,55	6,97	6,05	5,88	6,18	4,62	4,62
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,96	2,18	2,49	2,39	2,68	2,90	1,66
<b>Serviços</b>	<b>79,64</b>	<b>80,23</b>	<b>75,29</b>	<b>75,14</b>	<b>70,49</b>	<b>66,74</b>	<b>68,01</b>
Comércio e serviços de reparação e manutenção	10,57	7,55	9,33	10,20	9,79	9,88	10,11
Alojamento e alimentação	...	...	...	1,92	1,82	1,95	2,19
Transportes, armazenagem e correios	...	...	...	4,78	4,80	4,30	4,96
Serviços de informação	...	...	...	4,58	5,16	4,71	4,97
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	9,38	6,92	5,67	7,04	4,99	5,84	5,29
Serviços prestados às famílias e associativas	...	...	...	3,45	3,06	2,63	2,72
Serviços prestados às empresas	...	...	...	5,89	6,04	5,36	6,22
Atividades imobiliárias e aluguéis	...	...	...	12,63	11,49	9,97	9,10
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	20,27	19,20	18,39	19,37	18,04	17,23	17,87
Saúde e educação mercantis	...	...	...	3,81	3,81	3,42	3,26
Serviços domésticos	...	...	...	1,47	1,49	1,45	1,32
Outros serviços	39,42	46,55	41,90	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

O segmento de extração mineral, âncora da recuperação estadual, tem enorme crescimento da participação no valor adicionado bruto do estado: passou de 1,25% em 1995, sempre em trajetória crescente, para 15,4% em 2008. Esse impulso extrativista coincide com as alterações na legislação de exploração do petróleo por toda a década de 1990, tornando mais flexível o monopólio da exploração da Petrobrás. A lei do Petróleo (9.478/1997), também alterou formas de cálculo de compensações financeiras, em mais um passo para redistribuição de riqueza. A atuação de novos *players* por toda a cadeia petrolífera, bem como o conseqüente aumento da produção e a descoberta de novas jazidas na orla fluminense acabaram por gerar novos investimentos, principalmente no nordeste do estado. Sobre isso escreveram Egler & Pires do Rio:

“As reformas macroeconômicas operadas na década de 1990, que resultaram na quebra de monopólio de exploração e produção do petróleo, abriram o setor para a concorrência, obrigando a Petrobrás a definir como vetores estratégicos para 2010 os seguintes pontos: a) expansão de reservas, b) ampliação da capacidade logística; e c) fortalecimento da capacitação tecnológica. Tal estratégia tem rebatimentos na Bacia de Campos em termos de sua inserção no cenário nacional e mundial.” (EGLER & PIRES DO RIO, p. 5)

A ótica da teoria da localização – observada no primeiro capítulo – principalmente no que se refere a custos, interage a industrialização fluminense no que tange a produção de petróleo, uma vez que as posições de produção no início da cadeia são localizadas no interior, junto aos locais de matéria-prima. Nesse sentido, a região norte do estado foi a mais impactada pelo aumento da produção petrolífera, tendo em vista a grande concentração de matéria-prima mineral. Antes em segundo plano na economia estatal, mostra crescimento considerável em sua participação econômica, com aumento nos índices ocupacionais e melhorias estruturais: a produção petrolífera redefiniu a inserção dessa região como importante centro produtivo do estado.

A atividade extrativista tem impulsionado um processo de incorporação de novas atividades econômicas, nos moldes da teoria de desequilíbrios produtivos proposta por Hirschman, atuando como âncora de novas indústrias, tais quais serviços, petroquímico, logística e naval, por exemplo. Como escreveu Godinho:

“Mas o grande impulso à retomada do crescimento industrial do estado foi dado, sem dúvida, pela ampliação da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos. A cadeia produtiva anterior e posterior à atividade extrativista, propriamente dita, tem provocado importantes mudanças na economia e no território fluminense. [...] as atividades extrativistas mobilizam uma complexa rede de logística e de empresas fornecedoras de equipamentos e serviços para extração de petróleo e gás. A montante, o setor naval tem sido um dos mais beneficiados por estas demandas.”. (GODINHO, 2003, p. 108)

De fato, a indústria petrolífera foi e tem sido fundamental no processo de recuperação da economia fluminense. Há de se notar que, no caso da indústria extrativa, torna-se de fundamental importância, para otimizar custos, a instalação de etapas produtivas iniciais próximas as regiões de matéria-prima, o que, no caso do Rio de Janeiro aconteceu no norte fluminense a partir da Bacia de Campos. A questão da teoria da localização, discutida no primeiro capítulo – principalmente a teoria dos custos discutida por Weber e Lösch – acaba por ser de extrema importância nas decisões de localização, no caso de Macaé como base de orientação e dos municípios de orla como bases *off-shore*.

Muito embora a participação do setor petrolífero tenha grande importância na inflexão positiva observada no estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, há de se destacar que o crescimento não acontece somente em função desse segmento. A tabela acima também mostra que o segmento de transformação mostrou recuperação, ainda que leve em comparação ao segmento extrativista. As indústrias em destaque nesse processo de recuperação são a naval e a siderúrgico-automotiva. Contudo, para esses segmentos industriais, o processo é mais recente em menores proporções, impulsionado pela abertura industrial – que proporcionou investimentos externos e aumento no volume de exportações – e pela retomada dos investimentos públicos.

A recuperação industrial iniciada no interior aparece mesmo como principal responsável da recuperação econômica do estado Rio de Janeiro. Uma análise sobre estoque de vínculos ativos no setor industrial no estado – na tabela abaixo – reflete essa relação.



**Tabela 5 – Estoque de vínculos ativos no setor industrial do estado do Rio de Janeiro e participação relativa por ano – 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2009**

Região/Ano	1985	1990	1995	2000	2005	2009
RMRJ	443.138	442.363	332.252	253.232	264.637	316.803
Interior	143.742	144.456	116.379	99.617	137.884	177.642
Total RJ	586.880	586.819	448.631	352.849	402.521	494.445
RMRJ	75,51%	75,38%	74,06%	71,77%	65,74%	64,07%
Interior	24,49%	24,62%	25,94%	28,23%	34,26%	35,93%
Total RJ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
		<b>Ganho/Perda</b>	<b>Ganho/Perda</b>	<b>Ganho/Perda</b>	<b>Ganho/Perda</b>	<b>Ganho/Perda</b>
RMRJ		-775	-110111	-79020	11405	52166
Interior		714	-28077	-16762	38267	39758
		<b>Varição</b>	<b>Varição</b>	<b>Varição</b>	<b>Varição</b>	<b>Varição</b>
RMRJ		-0,17%	-24,89%	-23,78%	4,50%	19,71%
Interior		0,50%	-19,44%	-14,40%	38,41%	28,83%

Fonte: MTE/RAIS.

Os dados apresentam crescimento consistente da participação percentual do interior no estoque de vínculos ativos do estado. O interior teve perdas menores que a região metropolitana nos períodos de encolhimento industrial fluminense (década de 1990, após o fim dos investimentos e retomada do processo de desconcentração, movida pelo setor privado). No período de recuperação – pós-1998 – o interior igualmente mostrou melhor resultado – ganho de mais de 78 mil vínculos industriais, enquanto a RMRJ teve acréscimo menor: cerca de 63,5 mil novos vínculos industriais.

Em termos gerais, a tabela sinaliza para estagnação na segunda metade da década de 1980 e perda de vínculos industriais na primeira metade de 1990, com efeitos bem mais fortes na região metropolitana do que no interior. A considerável redução da perda total na segunda metade da década de 1990 é proporcionada pela recuperação em segmentos industriais selecionados, e corrobora que o processo de recuperação fluminense se deu mesmo neste período. Somente a partir da década de 2000 é possível ver de forma clara os resultados da recuperação no setor industrial, com incremento consistente dos vínculos industriais, **concentrado no interior**. Entre 2005 e 2009, tanto o interior quanto a RMRJ apresentam crescimento consistente dos vínculos industriais, num período em que os investimentos de governo são retomados com força, tanto no interior quanto na área metropolitana.

O aumento da contribuição produtiva do interior também tem contribuído para a atenuação da polarização da região metropolitana fluminense. Muito embora a perda de

participação relativa da RMRJ no plano nacional tenha sido acompanhada da manutenção de sua importância relativa dentro do estado até o início da inflexão positiva é fato que o crescimento econômico do interior tem impulsionado movimentos industriais e ocupacionais nas novas regiões emergentes, antes relegadas ao segundo plano. Contudo, o que deve ficar claro é que se trata de dois processos distintos: o primeiro de desconcentração produtiva a nível nacional, iniciado na década de 1970 e retomado na década de 1990, e outro de interiorização produtiva no estado, que se inicia no fim da década de 1990. Pode-se observar pela tabela que, no período de maiores perdas de vínculos industriais pela região metropolitana, o interior também tem déficit. Ou seja: não há absorção, pelo interior, da desconcentração produtiva da área metropolitana. Somente após o ano de 2000 o interior começa a somar vínculos industriais, mostrando que a perda de participação relativa da indústria metropolitana no plano nacional e a interiorização produtiva são mesmo dois processos distintos.

O estado do Rio de Janeiro vem sinalizando, portanto, para recuperação do setor industrial. Essa recuperação é **independente** e puxada pelo **interior**, em setores chave – extração mineral, siderurgia-automação e indústria naval – cuja ascensão deu-se por movimentações do setor privado. O setor petrolífero foi o motor da inflexão positiva fluminense, impulsionado pelas alterações legais no processo de exploração no fim dos anos de 1990. O crescimento da produção extrativa impulsionou o crescimento de outros segmentos complementares, como o setor de construção naval. A abertura comercial abriu novos horizontes, com a possibilidade de novos mercados e a chegada de novos *players*, principalmente nos setores extrativo e automotivo. Por fim, na década de 2000, a recuperação da estabilização econômica do Brasil possibilitou a retomada dos investimentos federais, que aumentaram sua contribuição na recuperação industrial a partir da retomada dos projetos públicos, até então estagnados.

A interiorização produtiva, somada ao processo de desconcentração a nível nacional, têm modificado a ordem econômica no estado do Rio de Janeiro, inserindo no contexto nacional regiões interioranas que até então eram consideradas subdesenvolvidas e revertendo a polarização da região metropolitana. A próxima seção aborda de forma mais detalhada o processo de interiorização, de forma a destacar as mudanças específicas nas micro-áreas interioranas sob uma ótica particular.

### 3.2. REGIONALIZAÇÃO: A INTERIORIZAÇÃO PRODUTIVA EM DETALHE

A questão da atenuação da polarização metropolitana dentro do Estado do Rio de Janeiro desenvolve-se junto ao processo de inflexão positiva e leva à criação de uma nova geografia estadual. Esta seção tem como proposta a analisar como se apresenta essa nova configuração econômica do estado. Para isso, abaixo será usado o conceito de Microrregiões definido pelo IBGE, que divide os estados em subconjuntos de municípios limítrofes. A tabela 8 aponta a contribuição relativa das Microrregiões do Rio de Janeiro.

**Tabela 6 – Contribuição relativa das Microrregiões no PIB estadual do Rio de Janeiro, por ano, e variação percentual na comparação entre 1970 e 2008**

Nome	1970	1975	1980	1985	1996	2000	2005	2008	$\Delta$ 1970-2008
Bacia de São João	0,08%	0,10%	0,12%	0,11%	0,14%	1,15%	2,30%	2,29%	<b>2,21%</b>
Baía da Ilha Grande	0,39%	0,33%	0,92%	1,20%	0,93%	0,92%	1,57%	1,62%	<b>1,23%</b>
Barra do Pirai	0,58%	0,63%	0,61%	0,78%	0,53%	0,67%	0,63%	0,56%	<b>-0,02%</b>
Campos dos Goytacazes	1,65%	1,74%	1,52%	1,69%	1,33%	4,47%	7,26%	9,51%	<b>7,86%</b>
Cantagalo-Cordeiro	0,15%	0,22%	0,24%	0,30%	0,17%	0,36%	0,26%	0,24%	<b>0,09%</b>
Itaguaí	0,27%	0,32%	0,34%	1,37%	0,56%	1,03%	1,07%	1,16%	<b>0,89%</b>
Itaperuna	0,40%	0,49%	0,38%	0,47%	0,44%	0,70%	0,80%	0,59%	<b>0,18%</b>
Lagos	0,73%	0,59%	0,75%	0,93%	0,89%	1,90%	3,08%	3,19%	<b>2,46%</b>
Macacu-Caceribu	0,26%	0,27%	0,24%	0,22%	0,21%	0,36%	0,48%	0,44%	<b>0,18%</b>
Macaé	0,30%	0,31%	0,52%	0,73%	2,37%	2,01%	2,93%	3,51%	<b>3,21%</b>
Nova Friburgo	0,67%	0,81%	0,98%	0,96%	1,04%	1,03%	0,83%	0,83%	<b>0,16%</b>
Rio de Janeiro	86,90%	85,69%	85,26%	81,58%	83,45%	75,44%	69,41%	66,71%	<b>-20,20%</b>
Santa Maria Madalena	0,07%	0,08%	0,07%	0,09%	0,10%	0,09%	0,07%	0,07%	<b>0,00%</b>
Santo Antônio de Pádua	0,25%	0,29%	0,25%	0,26%	0,27%	0,41%	0,36%	0,33%	<b>0,08%</b>
Serrana	1,99%	2,12%	2,04%	2,12%	1,84%	2,28%	2,17%	2,24%	<b>0,25%</b>
Três Rios	0,48%	0,57%	0,53%	0,56%	0,42%	0,70%	0,60%	0,62%	<b>0,14%</b>
Vale do Paraiiba Fluminense	4,33%	5,03%	4,88%	6,28%	4,95%	5,94%	5,75%	5,70%	<b>1,37%</b>
Vassouras	0,48%	0,39%	0,33%	0,33%	0,36%	0,54%	0,44%	0,41%	<b>-0,07%</b>
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata.

Os dados mostram quais áreas interioranas que mais aumentaram a sua participação na renda estadual, paralelamente queda brusca da microrregião do Rio de Janeiro. Os dados sinalizam que houve tendência de aumento em todo o interior, já que, comparando os anos de 1970 e 2008, somente duas microrregiões obtiveram pequenas oscilações para baixo em sua contribuição – Vassouras (-0,07%) e Barra do Pirai (-0,02%). Outra microrregião se manteve constante: Santa Maria Madalena. Todas as outras microrregiões do interior aumentaram sua contribuição relativa ao PIB estadual, mesmo se de forma restrita. Os dados reforçam a idéia de que determinadas áreas do interior avançaram, em termos de resultados econômicos, em maior intensidade que a região metropolitana, e

principalmente após o ano 2000, com a recuperação econômica do país e o retorno dos investimentos governamentais.

As microrregiões que mais avançaram em sua participação econômica no PIB estadual foram Campos dos Goytacazes (+7,86%), Macaé (+3,21%), Lagos (+2,46%) e Bacia de São João (+2,21%), em virtude dos ganhos decorrentes dos avanços na extração de petróleo na região. A evolução dessas áreas foi mais intensa a partir dos anos 2000, em decorrência da quebra do monopólio governamental na extração e produção do petróleo em 1997, que fez com que os investimentos se intensificassem, com novos *players* por toda a cadeia. A definição de objetivos estratégicos expansivos para a Petrobrás trouxe nova dinâmica ao segmento extrativo, que envolveu o avanço tecnológico e operacional, e catapultou a Bacia de Campos ao posto de principal fonte produtora do país, envolvendo diretamente treze municípios fluminenses em atividades ligadas a exploração petrolífera, e indiretamente impactando outros tantos.

Outra microrregião que obteve ganhos relativos consideráveis foi o Vale do Paraíba Fluminense (+1,37%). A localidade teve seus ganhos relacionados à produção industrial, uma vez que é destaque pela diversidade e alto nível de concentração produtiva de seu parque. Os ramos de destaque na produção local são a siderurgia (CSN, em Volta Redonda e Grupo Votorantim, em Resende) e a indústria automotiva (MAN Latin América, em Resende e PSA Peugeot Citroën, em Porto Real, e as subsidiárias). A microrregião é ocupada muitas outras empresas, nos ramos de química e agroquímica, farmácia, logística, de bebidas, entre outros. Vale destacar também a presença da INB na fabricação de combustível que vai para o Complexo Nuclear em Angra dos Reis. O Vale do Paraíba Fluminense também tem no turismo uma força econômica alternativa. Pontos turísticos de destaque, como o Parque Nacional de Itatiaia, a AMAN, e os distritos de Penedo e de Visconde de Mauá, fortalecem os fluxos econômicos locais através do consumo externo e prestação de serviços no segmento turístico, e elevam a renda da microrregião. O crescimento dessa micro-região só não é mais visível na medida em que a micro-região vinha de um período de reestruturação econômica que afetou entre 1975 e até 1990 seu crescimento econômico.

A última microrregião com ganho acima de 1% na participação relativa no período é a Baía de Ilha Grande (+1,23%), que teve maior intensidade de crescimento a partir de 2005. A localidade tem seu desempenho econômico voltado para três caminhos principais: a indústria naval e atividades portuárias, âncora da recuperação mais recente, além da

produção de energia nuclear e do turismo. O perfil litorâneo da região, com belas paisagens e clima favorável, contribui para a receptividade turística da microrregião, que conta com muitos pontos atrativos. A cidade de Parati, com sua agitação cultural e seus casarões históricos, atrai muitos turistas, assim como os paraísos de Ilha Grande – patrimônio histórico – e Trindade. Angra dos Reis possui 365 ilhas em seu litoral, além de muitas atividades ligadas ao mar, como vela e canoagem e o turismo é parte importante da economia local.

A análise temporal do desempenho industrial das microrregiões esclarece melhor as modificações estruturais do estado do Rio de Janeiro. A tabela abaixo apresenta o estoque de vínculos ativos no setor industrial, e a participação relativa.

**Tabela 7 – Estoque de vínculos ativos no setor industrial e participação relativa no total do estado (%) - 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2009, e variação 1985-2009**

MICRORREGIÃO/ANO	1985	1990	1995	2000	2005	2009	1985-2009
Itaperuna	2.693	2.729	2.707	3.544	3.866	4.877	<b>2.184</b>
Santo Antonio de Padua	1.318	2.063	1.863	2.619	2.548	3.192	<b>1.874</b>
Campos dos Goytacazes	18.181	14.970	10.079	7.147	10.389	11.878	<b>-6.303</b>
Macaé	8.667	10.727	4.827	8.266	23.451	37.784	<b>29.117</b>
Tres Rios	9.902	6.511	7.884	5.662	6.969	8.520	<b>-1.382</b>
Cantagalo-Cordeiro	1.980	2.031	2.040	1.711	2.108	3.134	<b>1.154</b>
Nova Friburgo	10.002	13.412	13.158	12.781	15.721	20.401	<b>10.399</b>
Santa Maria Madalena	13	68	610	171	170	174	<b>161</b>
Bacia de São Joao	256	286	338	539	833	1.713	<b>1.457</b>
Lagos	4.315	5.052	3.967	3.859	4.442	4.568	<b>253</b>
Vale do Paraíba	43.465	38.777	34.222	26.222	28.797	35.064	<b>-8.401</b>
Barra do Pirai	9.275	9.202	5.814	4.726	6.206	5.813	<b>-3.462</b>
Baía de Ilha Grande	5.706	5.757	1.496	1.230	7.880	10.450	<b>4.744</b>
Vassouras	3.189	3.639	2.971	3.813	3.428	2.458	<b>-731</b>
Serrana	21.799	26.075	20.188	15.256	17.155	21.350	<b>-449</b>
Macacu-Caceribu	1.223	1.707	1.956	2.434	2.945	3.106	<b>1.883</b>
Itaguaí	3.178	2.719	3.172	2.430	3.211	3.927	<b>749</b>
Rio de Janeiro	441.718	441.094	331.339	250.439	262.402	316.036	<b>-125.682</b>
<b>Total</b>	<b>586.880</b>	<b>586.819</b>	<b>448.631</b>	<b>352.849</b>	<b>402.521</b>	<b>494.445</b>	<b>-92.435</b>
MICRORREGIÃO/ANO	1985	1990	1995	2000	2005	2009	1985-2009
Itaperuna	0,46%	0,47%	0,60%	1,00%	0,96%	0,99%	<b>0,53%</b>
Santo Antonio de Padua	0,22%	0,35%	0,42%	0,74%	0,63%	0,65%	<b>0,42%</b>
Campos dos Goytacazes	3,10%	2,55%	2,25%	2,03%	2,58%	2,40%	<b>-0,70%</b>
Macaé	1,48%	1,83%	1,08%	2,34%	5,83%	7,64%	<b>6,16%</b>
Tres Rios	1,69%	1,11%	1,76%	1,60%	1,73%	1,72%	<b>0,04%</b>
Cantagalo-Cordeiro	0,34%	0,35%	0,45%	0,48%	0,52%	0,63%	<b>0,30%</b>
Nova Friburgo	1,70%	2,29%	2,93%	3,62%	3,91%	4,13%	<b>2,42%</b>
Santa Maria Madalena	0,00%	0,01%	0,14%	0,05%	0,04%	0,04%	<b>0,03%</b>
Bacia de São Joao	0,04%	0,05%	0,08%	0,15%	0,21%	0,35%	<b>0,30%</b>
Lagos	0,74%	0,86%	0,88%	1,09%	1,10%	0,92%	<b>0,19%</b>
Vale do Paraíba	7,41%	6,61%	7,63%	7,43%	7,15%	7,09%	<b>-0,31%</b>
Barra do Pirai	1,58%	1,57%	1,30%	1,34%	1,54%	1,18%	<b>-0,40%</b>
Baía de Ilha Grande	0,97%	0,98%	0,33%	0,35%	1,96%	2,11%	<b>1,14%</b>
Vassouras	0,54%	0,62%	0,66%	1,08%	0,85%	0,50%	<b>-0,05%</b>
Serrana	3,71%	4,44%	4,50%	4,32%	4,26%	4,32%	<b>0,60%</b>
Macacu-Caceribu	0,21%	0,29%	0,44%	0,69%	0,73%	0,63%	<b>0,42%</b>
Itaguaí	0,54%	0,46%	0,71%	0,69%	0,80%	0,79%	<b>0,25%</b>
Rio de Janeiro	75,27%	75,17%	73,86%	70,98%	65,19%	63,92%	<b>-11,35%</b>
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata.

Observa-se, em primeiro plano, que houve grande redução do número de ocupações no setor industrial no estado – como em todo o país – a partir de 1985, tendência essa que só viria a se inverter a partir do fim da década de 1990, num processo de retomada do crescimento industrial. Em que se pese a recuperação de todo o estado nos últimos anos, nota-se que a microrregião do Rio de Janeiro perdeu mais de 125 mil empregos industriais no período 1985-2009, configurando um volume de redução acumulada maior que o total do estado (-92.435), e, portanto, corroborando que a recuperação do setor industrial é mais acelerada no interior.

Dentre as microrregiões com destaque na criação de empregos industriais, a principal é a microrregião de Macaé, com saldo positivo acumulado de mais de 29,5 mil empregos nos últimos dez anos, e elevando para 7,64% sua contribuição relativa de ocupações industriais no estado (contribuía com 1,48% em 1985). Seu avanço, como já foi visto, está ligado aos investimentos em extração de petróleo, e aos avanços colaterais ocasionados por essa inserção: o desenvolvimento de uma rede mais complexa de serviços e a atração de outras indústrias que se encaixam na cadeia produtiva petrolífera de forma complementar.

Outra localidade com bons resultados no setor é a correspondente a microrregião de Nova Friburgo, com saldo positivo de mais de 10 mil empregos no setor industrial, com cerca de 7 mil deles criados após o ano de 2000. A economia da região é voltada para a indústria têxtil, principalmente moda íntima, e tem crescido consideravelmente sua produção voltada para exportação. Em 2009, o setor de confecção de artigos de vestuário e acessórios empregava 10.955 trabalhadores diretos na microrregião, por volta de 19% do total geral de ocupados formais e 53% dos vínculos ativos no setor industrial (MTE/RAIS).

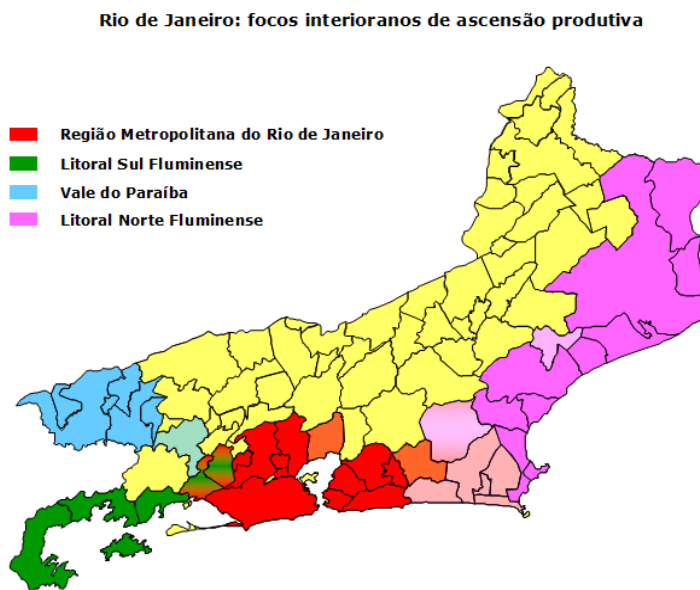
Com o saldo positivo seja de 4.744 empregos industriais desde 1985, a Baía da Ilha Grande também merece destaque pelo processo de recuperação nos últimos 10 anos: entre 2000 e 2010, o incremento foi de 9 mil empregos, revertendo a forte queda na década de 1990. A rápida recuperação da microrregião do setor industrial tem influência do processo de reestruturação que tem passado a indústria naval na localidade, que em 2009 representou, diretamente, por volta de 17% dos empregos formais na localidade, de acordo com os dados da RAIS.

O Vale do Paraíba é uma microrregião que passa por evidente recuperação. Com forte presença industrial, a região chegou a perder 17 mil empregos no setor entre 1985 e 2000, recuperou por volta de 9 mil nos últimos 10 anos. A abertura comercial, a estabilidade interna e o bom momento internacional contribuíram para a atração de novas empresas e o aumento da produtividade na região, que conta com um pólo siderúrgico automotivo, além de indústrias químicas e de bebidas. O somatório dos vínculos ativos destes segmentos industriais, para o ano de 2009, representa aproximadamente 20% do total de empregos formais da localidade (MTE/RAIS). Contudo, com a tendência de terceirização de muitas funções dentro das médias e grandes indústrias – principalmente nos segmentos de logística, transporte, segurança e limpeza – é possível que esse percentual seja ainda maior.

A origem do processo de recuperação do estado tem início no interior, a partir do mercado privado, polarizado por indústrias motrizes – petróleo e siderurgia-automotiva – num período em que os investimentos governamentais eram escassos. A evolução produtiva da região norte fluminense – Campos e Macaé – e do Vale do Paraíba podem ser associadas às formulações de Boudeville e Perroux, uma vez que há indústrias motrizes que alimentam fluxos econômicos para dentro e fora dessas regiões.

Contudo, nos últimos anos, tem crescido a participação do governo, e o planejamento público tem sido parte importante na consolidação dessas regiões como forças produtivas. O mapa abaixo apresenta as áreas interioranas em ascensão e com forte perspectiva de crescimento, e todas elas tem alta previsão de investimentos. Observa-se que há três focos interioranos de polarização econômica: o primeiro no litoral norte fluminense, com a expansão das atividades de extração de petróleo, que catapultaram a economia e a renda na região; o segundo, no Vale do Paraíba, com a evolução da produção siderúrgico-automotiva, e que conta com bom rendimento econômico nos setores de serviços e agropecuária, que servem de complemento e apoio à estrutura da região; e por fim, a terceira no litoral sul do estado, através do renascimento da indústria naval e dos serviços relacionados a transporte marítimo.

## Imagem 2 – Mapa da polarização produtiva no interior do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria.

O foco no Litoral Norte Fluminense envolve um bloco de municípios, mais precisamente, quatro microrregiões: Campos dos Goytacazes, Macaé e Bacia de São João e Lagos (que embora não faça parte do Norte fluminense, também sofre os efeitos da extração mineral). Todos os 19 municípios representados por essas microrregiões tiveram sua economia afetada, direta ou indiretamente, pelo crescimento derivado do petróleo. As cidades litorâneas tendem a obter maiores ganhos, em decorrência do recebimento de royalties derivados da exploração de petróleo e, no caso de Macaé, por também abrigar a infraestrutura de apoio à produção *offshore*. As outras cidades da região têm menores ganhos. Dentre os investimentos previstos para a região, está o Complexo Portuário do Açú, em São João da Barra, com a estimativa de movimentação de 90 mil toneladas de carga por ano. O projeto faz parte de um projeto maior da empresa MMX, que tem a intenção de, com o porto, formar um corredor de exportação das regiões Sudeste e Centro Oeste, além de complementar as atividades de extração de minério do grupo em Minas Gerais. O investimento será complementado pela Usina Termelétrica Porto do Açú, do grupo MPX e também em São João da Barra. Juntos, Complexo Portuário e Termelétrica do Açú representam 6,3 bilhões em investimentos. Outros investimentos previstos na localidade para o biênio 2011-2012 acontecerão em Campos dos Goytacazes: das empresas Chevron (R\$ 4,4 bi) e OGX (1,5 bi), em exploração de petróleo.



O foco do Vale do Paraíba Fluminense envolve apenas a microrregião de mesmo nome, que por sua vez representa 9 municípios: Volta Redonda, Resende, Porto Real, Barra Mansa, Quatis, Itatiaia, Pinheiral, Rio Claro e Piraí. Essa região entra em destaque pelo grande dinamismo, combinando um variado parque industrial com uma excelente estrutura de serviços e famosos pontos turísticos e de consumo. A grande quantidade de fluxos econômicos, a distribuição consideravelmente boa da produção econômica e a mão-de-obra razoavelmente especializada acabam por propiciar um desenvolvimento regional em bloco, sendo um atrativo para vinda de novas empresas e projetando boas perspectivas de crescimento futuro para a microrregião. Um exemplo é a implantação da nova usina da Votorantim, em Resende, que deve criar 4,3 mil empregos diretos e indiretos. Outros investimentos previstos para o biênio 2011-2012 são a expansão da Michelin (R\$ 0,3 bi), em Itatiaia, e da CSN (R\$ 0,2 bi), em Volta Redonda.

O foco do Litoral Sul Fluminense e envolve as microrregiões de Baía da Ilha Grande e Itaguaí, e é a que ainda evolui em ritmo mais lento. Em que se pese a reestruturação da indústria naval já em curso, a localidade possui projetos animadores: a região possui planejamento para instalação de dois novos estaleiros, sendo um para construção de navios e embarcações de apoio, e outro da Marinha Militar do Brasil. Outro projeto previsto é a construção de Angra 3, terceira usina nuclear do Brasil, e que mobilizará diversos setores – principalmente o metal-mecânico – além de gerar empregos.

O Porto de Itaguaí – importante investimento estratégico do litoral sul fluminense – tem excelente posicionamento geográfico e potencial para se tornar um *hub port* – porto concentrador de cargas e linhas de navegação – em função da profundidade e capacidade de atrair navios de maior porte. Além de tudo, é um porto altamente articulado com a Região Metropolitana. Por isso mesmo, tem investimentos previstos de R\$ 150 milhões para dragagem no biênio 2011-2012. A construção do Arco Metropolitano facilitará o acesso ao Porto de Itaguaí ao se conectar todas as principais rodovias do Estado, em via de acesso que contorna a região metropolitana e foge das áreas de maior congestionamento. Outros investimentos, como a modernização da plataforma logística da CSN e a implantação do Porto do Sudeste, em Itaguaí, e o projeto de construção da Coquepar (Companhia de Coque Calcinado de Petróleo) em Seropédica, tornam a perspectiva futura local animadora.

### 3.3. UMA COMPARAÇÃO COM O CASO PAULISTA DE INTERIORIZAÇÃO PRODUTIVA

O processo de desconcentração produtiva a nível nacional que atingiu Rio de Janeiro e São Paulo a partir da década de 1970 – impactando principalmente as suas regiões metropolitanas com perda da capacidade polarizadora – marcou o início de alterações econômicas relevantes no mapa industrial brasileiro. Nas duas principais regiões metropolitanas nacionais, a produção industrial continuou crescendo, mas de forma menos acentuada que no restante do país, com queda em suas contribuições industriais a partir da década de 1980 (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). No que se refere à RMSP, a partir da década de 1990 “a tendência de perda da RMSP na produção industrial foi ampliada, com o aprofundamento do processo de reestruturação industrial.” (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Quanto a RMRJ, conforme já observado na tabela 5, a década de 1990 apresentou redução aguda de seus vínculos industriais.

Em contraste com queda da contribuição industrial da metrópole fluminense, a segunda metade da década de 1990 marcou pela inflexão positiva do PIB do Rio de Janeiro (FAURÉ & HASENCLEVER, 2005), ou processo de recuperação da economia estadual, fundamentada no crescimento produtivo no interior do estado, principalmente no setor de petróleo. Enquanto isso, o estado de São Paulo também passava por um processo de interiorização produtiva, através da criação de sub-centralidades, em geral no entorno da metrópole, em sub-regiões que absorveram parte da produção industrial que se descolava da região metropolitana (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Dessa forma, é natural traçar paralelo entre a interiorização produtiva no Rio de Janeiro com a reestruturação paulista, dada a contribuição econômica dos dois estados no desenvolvimento econômico nacional. Mais que isso, faz-se necessário entender as alterações nas relações econômicas intra-estaduais, suas similaridades e diferenças na comparação entre os casos paulista e fluminense.

Assim como já foi observado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a área metropolitana de São Paulo também veio gradualmente perdendo empregos industriais. Como informam Diniz e Campolina (2007) de acordo com a em apuração feita pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foram 533 mil empregos formais industriais a menos para o período de 1985-2005 na RMSP. O processo de redução da participação industrial da

RMSP teve início a partir das políticas de desconcentração a nível nacional, na década de 1970, e intensificou-se na década de 1990, conforme escreveram os autores:

“A partir da década de 1990, a tendência de perda da RMSP na produção industrial seria ampliada, com o aprofundamento do processo de reestruturação industrial. Esse processo implicou fortes mudanças tecnológicas e organizacionais, com grande impacto na ocupação. A RMSP teve seu emprego industrial reduzido em 40%, caindo de 1,6 milhões em 1990 para 1 milhão em 2005, ou seja, de 27% para 17% do emprego industrial do país e de 36% para 26% da renda do trabalho na indústria nacional.”. (DINIZ & CAMPOLINA, 2007, p. 29-30)

Observando o caso da área metropolitana de São Paulo, a descentralização produtiva pode ser caracterizada como um alargamento das bordas metropolitanas, pois é bastante centrada em seu entorno. Na RMSP, o que se deu foi uma transferência das atividades industriais em microrregiões em volta da metrópole – Osasco, Guarulhos, Franco da Rocha, Mogi das Cruzes, Taboão da Serra, Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Santos – que estavam estruturadas para recebê-las e aparentavam vantagem de custos. Esse processo de industrialização lateral acabou ampliando o círculo de influência do núcleo metropolitano para o interior, com novos centros industriais de porte médio comandados do centro metropolitano, que assume um novo papel de coordenação e disponibilidade de serviços mais complexos. (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Para os autores, esse ‘alargamento das bordas’ foi possível graças a condições favoráveis de topografia e a existência de grandes troncos rodoviários, que garantiam boa localização e capacidade de escoamento.

No caso do Rio de Janeiro, contudo, a interiorização industrial acontece em três focos dispersos de polarização – o litoral norte fluminense, o Vale do Paraíba e o litoral sul fluminense – impulsionada pela polarização de indústrias-chave: inicialmente o petróleo, e depois os setores de siderurgia-automotiva e de construção naval. E o processo fluminense apresenta algumas diferenças para o caso paulista.

O primeiro ponto de diferenciação é relacionado ao posicionamento dos segmentos industriais. O entorno da região metropolitana paulista apresentava regiões com avançada infra-estrutura e capacidade de suporte a inovação, um quadro bastante diferente do Rio de Janeiro. Dentre a estrutura das regiões no entorno da RMSP, destacavam-se as

diversas rodovias, um aeroporto de grande porte (Viracopos), importantes universidades (Unicamp, e ITA), centros de pesquisa (IAC, CTA, CPqD, entre outros) e um conjunto de empresas de tecnologia (Embraer, IBM, Compaq, Rhodia, entre outras) que proporciona maior facilidade para o desenvolvimento industrial (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). No caso do Rio de Janeiro, as regiões ao entorno da RMRJ nunca alcançaram tamanha estruturação. Muito embora os eixos rodoviários tenham sido relevantes na definição da localização industrial no interior fluminense, foram outros os fatores que definiram a escolha das localidades. Especificamente no caso do petróleo, foi de fundamental importância a proximidade com os locais de extração. A construção naval foi recuperada onde já estava localizada – no litoral sul – e muito por influência do setor extrativo. E no caso da indústria automobilística, a proximidade com a produção siderúrgica – já focalizada no Vale do Paraíba – e a promessa do Porto de Itaguaí foram questões decisivas no processo de atração das firmas.

O segundo ponto de diferenciação é quanto à relação entre a desconcentração do núcleo metropolitano e a interiorização. No caso paulista, o que se dá é um alargamento das bordas da região metropolitana, com a reestruturação da capacidade produtiva em áreas no entorno da RMSP (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Para o caso do Rio de Janeiro, contudo, o crescimento da produção industrial do interior do Rio de Janeiro é um processo que se deu de forma independente da capacidade produtiva instalada na região metropolitana. Ou seja, em geral, não há migração de indústrias da RMRJ para o interior fluminense. Especialmente no caso fluminense, o interior viveu por um processo específico de industrialização selecionada, movida por motivações de mercado privado.

Contudo, o processo de redução de participação industrial vivido pelas duas principais regiões metropolitanas também apresenta similaridades. Não obstante a queda nos empregos do setor industrial, tanto a RMSP quanto a RMRJ tiveram saldo positivo de empregos no período de 1985-2005, com incremento consistente dos vínculos no setor terciário, caracterizando que tivemos mudanças na forma de inserção das duas regiões nos fluxos econômicos regionais. A discussão mais aprofundada sobre o novo perfil das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo está na próxima seção.

### 3.4. O NOVO PERFIL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

De acordo com o trabalho de Diniz e Campolina (2007), apesar da queda de ocupações no segundo setor, a área metropolitana paulista obteve um resultado positivo de 1166 mil empregos no período de 1985-2005, com destaque para o incremento no setor de comércio, serviços e outros, que obteve ganho de 1387 mil vínculos empregatícios. O mesmo processo pode ser observado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, embora em menor escala: apesar da perda de 167 mil vínculos industriais, o saldo total de empregos foi positivo de 142 mil, com destaque para o ganho no setor de comércio e serviços, que incrementou 390 mil postos. Segundo os autores, essa diferença de proporção dos dois processos evidencia as diferenças na dinâmica das duas maiores regiões metropolitanas do país.

Especificamente no caso da RMSP, observa-se que, com o advento da interiorização produtiva, os postos de trabalho migraram do setor industrial para o de terceiro setor, a partir da evolução de serviços especializados, sinalizando que a região passou por uma reestruturação econômica. Nas palavras de Diniz e Campolina:

“[...] na década de 1990, o município de São Paulo continuou perdendo emprego industrial, porém estabilizou seu nível de produção industrial. Isto porque as mudanças tecnológicas e organizacionais provocaram um profundo e rápido processo de reestruturação, com aumento da produtividade e mudanças estruturais. Em função disso houve crescimento da ocupação nos setores de serviços à produção, financeiro, educação, consultoria e outros serviços especializados, compensando a perda da ocupação industrial.”

Considerando o alargamento da RMSP e a inclusão de áreas do entorno no processo de interação econômica com o centro, o que se tem é uma nova estrutura, com a produção passando para as bordas e com o centro assumindo novo papel. Especificamente para a cidade de São Paulo, o resultado é a mudança do perfil, fortalecida como ‘centro financeiro e de comando da economia nacional – concentrando sedes de muitas das principais empresas multinacionais e concentrando serviços especializados – embora ainda continue como maior centro produtor do país, com contribuição reduzida’ (DINIZ & CAMPOLINA, 2007).

Enquanto a área metropolitana paulista muda seu perfil e São Paulo se fortalece no papel centro de coordenação e decisão a partir da prestação de serviços especializados e a

coordenação da produção no entorno, a situação da área metropolitana fluminense é um pouco diferente. Muito embora se note a mesma tendência de mudança de perfil a partir da migração dos vínculos para o setor terciário, fato é que a intensidade do processo no Rio de Janeiro é muito menor, e seu escopo, limitado. São Paulo detém uma dinâmica mais elevada – além de ser o centro financeiro do país, concentra o mercado de capitais e polariza grande parte das sedes de empresas nacionais e internacionais que atuam no país. O Rio de Janeiro, no entanto, não tem o mesmo perfil, tampouco a mesma capacidade de polarização. Na RMRJ, a quantidade de sedes de empresas é menor, e limitada a segmentos selecionados, e o volume de fluxos econômicos é reduzido e igualmente selecionado. Essa disparidade de características é fator determinante na menor velocidade do processo de especialização do terciário fluminense.

A disparidade dos perfis também influencia na nova forma de inserção das duas regiões metropolitanas na dinâmica regional. Enquanto a RMSP se firma como centro financeiro nacional e de coordenação da economia regional, a RMRJ tem feito trajetória um pouco diferente. A nova forma de interação da RMRJ com o interior se dá de forma mais organizacional: a partir da coordenação da produção, fazendo uso da infra-estrutura logística do núcleo, disponibilizando serviços complementares – transportes e manutenção – sobretudo aos segmentos industriais em destaque no estado: o petróleo, a siderurgia, o setor automotivo e o naval.

Para o setor de extração petrolífera, por exemplo, as primeiras etapas da cadeia são definidas em áreas adjacentes a fonte dos recursos naturais (regiões litorâneas, como Campos dos Goytacazes e Macaé). Outras etapas da cadeia, como as refinarias, situam-se na região metropolitana (a REDUC, em Duque de Caxias, e o projeto do COMPERJ, previsto para São Gonçalo e Itaboraí, são exemplos), pois a RMRJ disponibiliza mão-de-obra especializada, acessibilidade de transporte (rodovias e portos) e um leque de serviços complementares de forma a atender as demandas setoriais.

Processo similar se dá no setor de Siderurgia: a produção se dá na região do Vale do Paraíba (com a CSN em Volta Redonda), enquanto que toda a logística é direcionada a área metropolitana (via Porto de Itaguaí). Da mesma forma, acontece com o pólo automotivo do Vale do Paraíba (em Resende e Porto Real), que direciona parte considerável de sua produção a partir das vias de transporte para a área metropolitana. Ou seja: a influência da

metrópole carioca é mais organizacional e estrutural – as regiões interioranas se aproveitando das suas melhores condições de logística e disponibilidade de serviços complementares.

O novo perfil organizacional da RMRJ é confirmado pela tabela abaixo, que apresenta a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto segundo as regiões de governo.

**Tabela 8 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, segundo as regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2008**

Regiões de Governo e municípios	Participação das atividades econômicas (%)				
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços(1)	Administração Pública
Estado	100,00	0,44	31,56	68,01	17,87
Região Metropolitana	100,00	0,09	17,02	82,89	19,94
Região Noroeste Fluminense	100,00	5,87	10,67	83,46	35,01
Região Norte Fluminense	100,00	0,54	79,20	20,25	7,66
Região Serrana	100,00	3,41	21,88	74,71	24,63
Região das Baixadas Litorâneas	100,00	0,52	66,57	32,91	13,56
Região do Médio Paraíba	100,00	0,60	41,04	58,36	15,93
Região Centro-Sul Fluminense	100,00	2,96	12,28	84,75	30,77
Região da Costa Verde	100,00	1,01	39,53	59,46	21,14

(1) A atividade econômica Serviços inclui a Administração Pública.

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

Enquanto temos regiões interioranas com elevada participação industrial no total de suas atividades econômicas, a RMRJ apresenta alta participação do setor de serviços, 82,89%, sendo que 19,94% correspondem à administração pública (indicador um pouco maior que a média estadual). Para o ano de 2008, os cinco municípios com maiores participações no Ranking de Serviços são da RMRJ, segundo a Fundação CEPERJ: Rio de Janeiro (52,7%), Duque de Caxias (8,0%), Niterói (3,6%), São Gonçalo (3,4%) e Nova Iguaçu (3,4%).

A primeira característica a ser notada é que a região metropolitana ainda manifesta forte dependência dos fluxos econômicos oriundos da esfera pública. Segundo o texto analítico anual sobre o Produto Interno Bruto dos municípios do Rio de Janeiro, da Fundação CEPERJ, das cinco cidades com maior participação no setor de serviços, quatro delas têm na Administração Pública a maior parcela de contribuição no valor agregado (além da própria capital, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu). Não obstante a perda de

centralidade no que se refere à presença dos órgãos governamentais, a RMRJ ainda tem parte considerável dos seus resultados econômicos associados à atuação da esfera pública, seja através de agentes que não se locomoveram para Brasília, seja por atuação de estatais com atuação destacada na área metropolitana.

Muito embora a Administração Pública ainda concentre uma parcela expressiva do valor adicionado bruto de serviços da cidade do Rio de Janeiro, outras atividades vêm aumentando sua participação. Segundo o texto analítico anual sobre o Produto Interno Bruto dos municípios do Rio de Janeiro, da Fundação CEPERJ, 'Administração Pública' teve 20,2% do valor adicionado dos serviços do município, contra 19,6% em 2007. A subcategoria 'Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação' representou 15,3% em 2008, ficando com o segundo lugar, contra 15,1% em 2007. 'Serviços Prestados a empresas', obteve 8,4%, contra 7,6% no ano anterior. Já a subcategoria 'Serviços de Transporte e Armazenagem' por sua vez, obteve 7,3%, contra 6,4% em 2007.

A segunda característica é a diferença no perfil da especialização terciária do Rio de Janeiro, corroborada pelo relatório da Fundação CEPERJ. Os dados sinalizam para a menor velocidade no avanço de alguns serviços mais complexos. Mesmo, no Rio de Janeiro, cidade responsável pela centralidade – onde se presume que há os serviços mais diferenciados – alguns segmentos auxiliares como 'Manutenção e Reparação' e 'Transporte e Armazenagem' têm representatividade maior ou igual no valor agregado de serviços do que a subcategoria 'Serviços Prestados á Empresas', que caracteriza a prestação de serviços mais complexos. Diferente da cidade de São Paulo, que caminha para a consolidação como centro financeiro e de serviços avançados e especializados (CAMPOLINA & DINIZ, 2007), a cidade do Rio de Janeiro sinaliza para um papel mais modesto, com enfoque em certas atividades – como logística, transportes, pesquisa e outras de apoio ao setor industrial – porém ainda limitado para outras mais complexas – como finanças, consultoria e marketing. A inexistência de um mercado financeiro mais complexo, a incapacidade em atrair e reter sedes de empresas e o menor dinamismo da RMRJ em comparação a RMSP retardam o desenvolvimento desses serviços mais avançados.

A tendência de centralidade da RMRJ como centro regional organizacional e de serviços se confirma quando se observa o programado dos dez maiores investimentos a nível estadual no Rio de Janeiro para o triênio passado, 2008-2010.



### Imagem 3 – Previsão de Investimentos no Estado do Rio de Janeiro, triênio 2008-2010

#### *Investimentos no âmbito estadual*

Empresa	Segmento	Objetivo	R\$ milhões	Empregos	R. Regional
Petrobras	Vários	Expansão e Modernização	39.683	N.D	Estadual
Trem-Bala Rio de Janeiro - São Paulo	Transporte/Logística	Implantação	2.321	N.D	Estadual
Governo Federal - PAC	Desenvolvimento Urbano	Modernização	2.266	N.D	Estadual
Light S.A	Energia	Expansão e Modernização	1.100	N.D	Estadual
MRS	Transporte/Logística	Expansão e Modernização	958	N.D	Estadual
Wal-Mart	Comércio Varejista	Implantação	900	2.500	Estadual
CEG	Energia	Expansão e Modernização	721	6.000	Estadual
Arco Metropolitano	Transporte/Logística	Implantação	650	N.D	Estadual
Br 101- Divisa ES/RJ - Ponte Rio-Niterói	Transporte/Logística	Expansão e Modernização	467	N.D	Estadual
BR 393 - Divisa MG/RJ - Entroncamento BR - 116	Transporte/Logística	Expansão e Modernização	293	N.D	Estadual
Total dos investimentos no âmbito estadual do Rio de Janeiro			49.359		
Total de investimentos no Estado do Rio de Janeiro			107.307		
Participação dos investimentos no âmbito estadual no RJ			46,0%		

Fonte: Retrato Regional 2ª edição, Decisão Rio Investimentos, sistema FIRJAN.

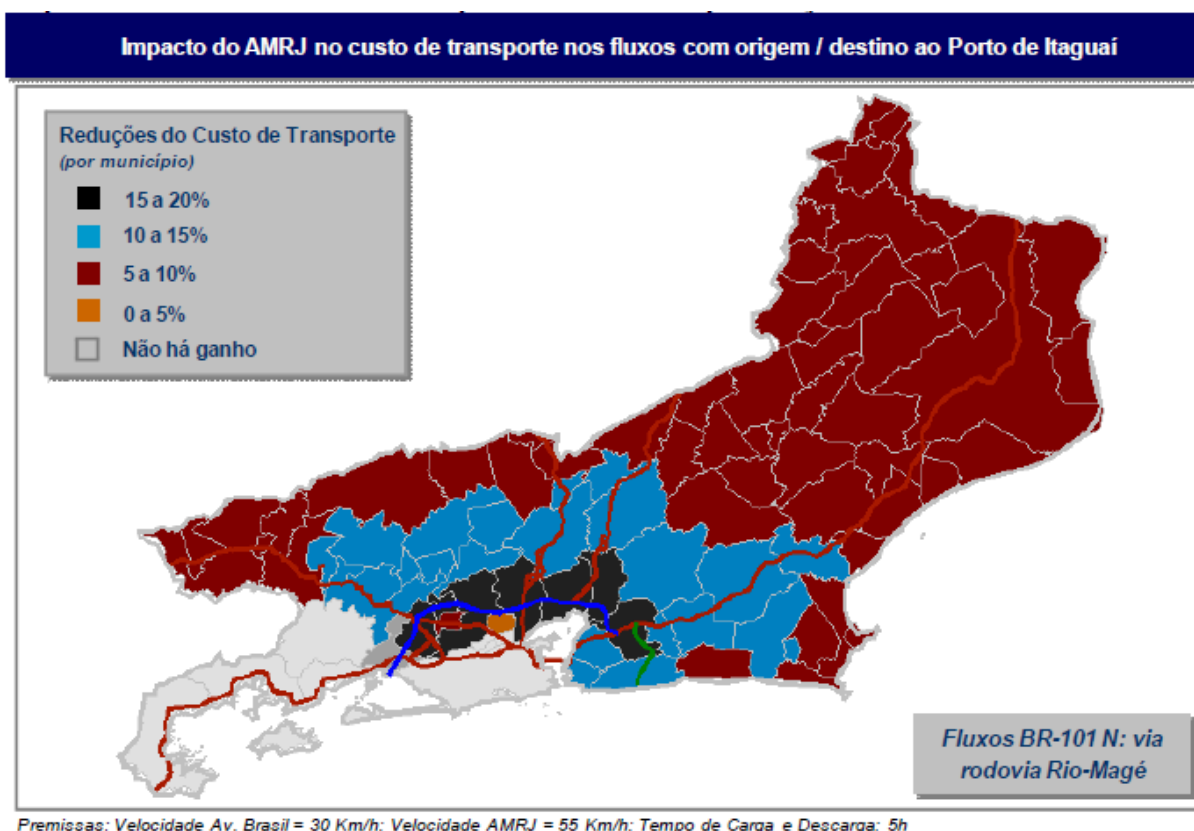
Dos dez maiores investimentos previstos, cinco eram focados em transporte e logística, sendo que todos ligados a rede urbana metropolitana: o trem de alta velocidade Rio - São Paulo, interligando as duas principais áreas metropolitanas nacionais, com estações no trajeto interiorano; a BR 101, que liga o litoral norte do estado à região metropolitana carioca e passa por obras de duplicação em Campos dos Goitacazes; a BR 393, que entra no Rio de Janeiro pelo norte do estado e vai até o Vale do Paraíba, em projeto de entroncamento em Barra Mansa com a Rodovia Presidente Dutra (que liga o sul fluminense a capital); o Arco Metropolitano, que fará a ligação entre o porto de Itaguaí às principais rodovias do estado a partir da região metropolitana; e investimentos de expansão e modernização da rede ferroviária pela concessionária MRS Logística.

A grande quantidade de investimentos previstos em logística é fundamentada na idéia de que o Rio de Janeiro tem vantagens de posicionamento e que pode se tornar o “Estado da Logística”, proporcionando redução considerável de custos a empresas, e reflexos positivos logísticos ao resto do país. A projeção de tornar o Porto de Itaguaí um *hub port* e os investimentos no Arco Metropolitano têm como objetivo formar um ‘corredor de desenvolvimento’ na área metropolitana, que concretizaria a posição da RMRJ como principal canal logístico nacional. Ou seja: a partir da consolidação dos investimentos com um perfil estrutural, objetivando a revitalização logística, a RMRJ modifica o seu perfil de influência, confirmando sua posição de pólo logístico nacional.

A especialização logística é apenas a primeira característica do novo perfil da RMRJ, e o Rio de Janeiro ainda dá os primeiros passos nessa direção. Contudo, as

perspectivas são boas. Embora seja muito cedo para dizer, tudo leva a acreditar que os investimentos em logística alçarão o Rio de Janeiro a outro nível de especialização econômica: os serviços relacionados à exportação. Uma vez que o Rio de Janeiro concretize sua posição de corredor logístico nacional, o caminho natural seria o desenvolvimento de um leque de serviços voltados à exportação e importação, gerando ganhos de escala e desenvolvimento. Segundo o relatório Decisão Rio Investimentos 2010-2012, o Rio de Janeiro movimenta 13,5% do total exportado brasileiro, indicador cuja previsão é de aumento após a concretização do eixo Arco Metropolitano-Porto de Itaguaí, que prevê uma redução nos custos de transporte de até 20% (imagem 3). De acordo com o relatório de Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do AMRJ feito pelo SEBRAE, em cenários gerados com o Arco Metropolitano, o Porto de Itaguaí absorverá mais de 500 mil toneladas dos fluxos rodoviários dos portos de Santos, Praia Mole e Rio de Janeiro.

**Imagem 4 – Impactos nos Custos de Transportes com a Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**



Fonte: Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, SEBRAE e Sistema Firjan, 2008.

Além dos cinco projetos que buscam integrar e ligar a RMRJ ao interior há mais três investimentos estruturais (CEG e Light, na área de energia, e os investimentos do PAC em infra-estrutura urbana) com vistas a fortalecer a estrutura desgastada da metrópole e abastecer o interior. Completam a lista os investimentos da Petrobrás (que incluem a implantação do COMPERJ, diretamente ligado à região metropolitana em São Gonçalo e Itaguaí e os investimentos na REDUC, na baixada fluminense) e a implantação do Wal-Mart (comércio).

No que se refere à mudança de perfil da RMRJ, alguns investimentos previstos para a zona metropolitana vão à contramão da tendência de especialização terciária, uma vez que seu perfil é industrial. Há de se destacar aquele que é o maior investimento previsto para o estado no biênio 2011-2012 – R\$ 14,6 bilhões, segundo o relatório Decisão Rio do Sistema Firjan – e que será aplicado na região metropolitana: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). A expectativa é que o Complexo seja formado por uma refinaria e unidades geradoras de produtos petroquímicos de 1ª e 2ª geração, e sua localização foi escolhida estrategicamente tendo em vista a facilidade de escoamento devido à proximidade do Arco Metropolitano e do Porto de Itaguaí. Também foram elaborados cenários para atração de empresas geradoras de produtos petroquímicos de 3ª geração, que viriam com a missão de produzir bens de consumo – no geral, materiais plásticos – tais quais materiais cirúrgicos, componentes para indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos, entre outros.

Outro projeto industrial previsto para a zona metropolitana no biênio 2011-2012 é a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Rio de Janeiro, a partir de uma parceria entre o grupo Alemão ThyssenKrupp Steel e a Vale S/A, e cuja expectativa é a geração de 3,5 mil empregos diretos e 15 mil empregos indiretos na fase de operação. A estimativa de produção é de 5 milhões de toneladas, completamente voltadas para exportação, o que mostra um certo alinhamento entre o novo perfil logístico do estado – que parece já surtir efeito – e a atração de mapas industriais.

O projeto CSA e a implantação do COMPERJ sinalizam que a mudança de perfil da RMRJ envolve também a vertente da revitalização da produção industrial na zona metropolitana. Ambos os projetos envolvem estudos para a inclusão de novas empresas ao longo das etapas produtivas. Nesse sentido, o Arco Metropolitano acabará por disponibilizar boas opções de localização industrial no seu entorno (dentro da RMRJ), com vantagens de custo e escala. Vale destacar também o alinhamento dos investimentos industriais previstos

na RMRJ com as atividades produtivas interioranas. Ambos os projetos previstos envolvem segmentos de grande contribuição no estado, principalmente no interior – siderurgia e petróleo – e remetem ao incremento das cadeias extrativas e de transformação no estado. Com toda certeza, a instalação dessas duas plantas representará – principalmente no que se refere ao COMPERJ – a intensificação das relações produtivas da região metropolitana com o interior. A revitalização industrial articulada é certamente o segundo pilar no processo de caracterização do novo perfil da RMRJ.

A terceira e última coluna na nova caracterização do perfil da RMRJ é o setor turístico. Tendo em vista os eventos mundiais de grande porte a serem realizados na cidade – Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 – o Governo Federal prevê investimentos de aproximadamente R\$ 1 bilhão em desenvolvimento urbano, quase em sua totalidade na região metropolitana (relatório Decisão Rio – 2010-2012). Aquela que sem dúvida é um dos maiores pontos turísticos do mundo, a cidade do Rio de Janeiro tende a ganhar mais visibilidade, o que já pode ser observado nos desdobramentos do setor imobiliário nas principais localidades municipais, que apresentam trajetória crescente e tendência inflacionária. A reinserção política – após um período grande de isolamento – e os recentes sucessos em políticas de segurança pública sinalizam que a cidade tem se preparado para a afirmação como centro turístico em escala mundial.

Sendo assim, com o que foi apresentado já é possível traçar o novo retrato da cidade do Rio de Janeiro e sua área metropolitana. Esses são os três pilares que sustentam o novo perfil de inserção da RMRJ nos fluxos econômicos do estado: 1) a especialização logística com foco na exportação; 2) a revitalização industrial articulada com o interior; e 3) a consolidação como centro turístico a nível mundial. A articulação entre as atividades econômicas que envolvem essas três linhas de investimento tem redefinido a estrutura econômica da área metropolitana fluminense e modificado sua forma de atuação nos âmbitos regional, nacional e global.

Portanto, a luz dos prognósticos, é possível afirmar que a RMRJ modificou seu perfil. Enquanto a RMSP tem consolidado seu papel como “grande centro financeiro, de capitais e de mercadorias, se tornando um centro avançado na produção e suprimento de serviços a produção” (DINIZ & CAMPOLINA, 2007, p. 40-41), a RMRJ tem atuado como centro de coordenação da produção e disponibilização de serviços de média complexidade, com enfoque no segmento logístico-exportador, e ao mesmo tempo, preparando-se para sua

afirmação como porta de entrada do país para o turismo. Muito embora os dois processos de especialização terciária sejam convergentes, no Rio de Janeiro a sua intensidade é menor e, dada a característica estrutural e produtiva do estado, de foco limitado na cadeia de exportação. De centro nacional de governo, altamente impactado pelos fluxos governamentais, até a trajetória de núcleo produtivo em decadência, a RMRJ passa agora por um processo de reinvenção, com um novo papel a partir da especialização em serviços terciários ligados a produção industrial pesada e exportação, de forma a utilizar suas vantagens comparativas em termos de localização e centralidade e suprir a necessidade de escoamento da produção nacional com custos mais acessíveis. Em paralelo, a tentativa de revitalização de sua capacidade produtiva e a solidificação de sua posição como núcleo turístico internacional.

## CONCLUSÃO

Antes de abordar os casos práticos de concentração e desconcentração econômica, este trabalho apresenta pontos importantes acerca do embasamento teórico que envolve o tema. A primeira discussão crucial é sobre o significado de desenvolvimento regional e a definição do conceito econômico de região. Remontamos aos conceitos de espaço econômico desenvolvido por Perroux (1961), que embasaram as formulações posteriores de Boudeville (1970) sobre três tipos de regiões econômicas: 1) regiões homogêneas compartilham traços padrões que atuam como o fundamento do seu agrupamento; 2) regiões polarizadas são formadas por uma área de influência a partir de um lugar central, geralmente uma indústria motriz, que atua como centro de atração e repulsão de atividades econômicas; 3) regiões-plano têm por característica serem submetidas ao mesmo processo de planejamento e tomada de decisão.

Depois, foi discutida a relação entre o desenvolvimento regional e a produção industrial. Foram apresentados alguns conceitos relevantes sobre a teoria da localização da indústria, passando pelos modelos que envolviam os custos de transporte – levando em conta a proximidade das matérias-primas e dos centros de consumo – no processo de decisão locacional industrial. Nesse mesmo ponto, voltamos aos ensinamentos de Perroux, a partir da apresentação do conceito de pólos de crescimento a partir da concentração industrial, peça motriz na formação de regiões polarizadas.

A teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), também tem sua importância, uma vez que o autor define a função principal da cidade como centro ofertante de bens e serviços, para si e para a região complementar. Christaller define graus de polarização de acordo com o nível de atividade econômica e com a diversidade de produtos e serviços oferecidos pela cidade central. Esses conceitos são importantes no entendimento dos processos de mudança de perfil nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da substituição dos vínculos industriais pelos vínculos terciários através da especialização do terceiro setor. São citados os estudos de Jacobs (1969), que atribui o desenvolvimento de regiões aos movimentos de inovação produtiva e de estímulos a exportação. As suas colocações são importantes no entendimento da motivação logística do perfil da RMRJ, dado o enfoque nos ganhos de exportação.

O campo teórico envolveu à discussão teórica acerca da polarização a partir de indústrias motrizes, apresentado por Perroux (1977). Apresentamos as idéias de Hirschman (1977) acerca da polarização: sua não padronização – forma desigual e não simultânea em todo o território – e a presença de fluxos econômicos negativos (efeitos de polarização) e positivos (efeitos de fluência) a partir do pólo. De acordo com Hirschman, o desenvolvimento da região é gerado a partir de uma cadeia de desequilíbrios produtivos, iniciada nos segmentos de topo, descendo para os subjacentes de forma irregular. Um setor avançado acaba por gerar grande investimento, ao mesmo tempo em que introduz desequilíbrios – a necessidade de implementação de novos segmentos produtivos. Estes novos segmentos, por sua vez, geram novos desequilíbrios, abrindo novas possibilidades de segmentos, formando assim um círculo vicioso. Hirschman, assim como Perroux, sugere o planejamento e a intervenção estatal como elementos chave para contornar dificuldades e disparidades.

A discussão acerca da polarização seguiu com as formulações de Williamson. Ele acreditava que a polarização era um processo temporário, uma vez que nos estágios iniciais de desenvolvimento havia uma inclinação aos desequilíbrios, por conta de barreiras e falhas de mercado. À medida que o mercado começa a atuar de forma eficiente na alocação dos fatores, há um processo natural de reversão da polarização, como resultado de deseconomias de aglomeração, de melhorias estruturais em regiões menos desenvolvidas e de promoção industrial.

Posteriormente, foram apresentados alguns casos de polarização ao redor do mundo. Entre as principais regiões metropolitanas do mundo, observa-se que tem havido uma tendência de desconcentração produtiva nos últimos anos, resultado de atuação pública ou a partir de modificações de mercado. Muitas dessas regiões têm assumido novos papéis de inserção econômica, resultado dos processos de reestruturação. Foram citados com mais detalhes os casos americano – o *Manufacturing Belt* – e francês, para exemplificar tais processos de desconcentração produtiva ao redor do globo.

A partir daí, entrou-se efetivamente na discussão da obra, com a abordagem sobre a dinâmica de desconcentração do Brasil, que afetou os dois principais estados do país – Rio de Janeiro e São Paulo – em especial as duas regiões metropolitanas. Entende-se que tivemos duas etapas de desconcentração a nível nacional. A primeira, a partir da década de 1970, até aproximadamente 1985, motivada pelos investimentos industriais do II PND, dispersos em regiões menos desenvolvidas de forma proposital. Entre 1985-1992, o processo reduziu sua

intensidade, em função da crise da dívida externa e das conseqüentes medidas de arrocho fiscal que impossibilitavam políticas públicas de qualidade. A partir de meados de 1992, retoma-se o processo de desconcentração industrial, impulsionado pelo capital privado, que busca condições melhores de custos para competir com as empresas estrangeiras, em função da abertura comercial promovida pelo governo federal.

O perfil do processo de desconcentração brasileiro tem forte similaridade com a base teórica proposta por Hirschman. O crescimento de regiões menos desenvolvidas acontece a partir de indústrias e cadeias de desequilíbrios, de forma irregular, a partir da atração locacional nessas áreas. A intervenção estatal foi evidente, tanto nos investimentos diretos que caracterizaram o II PND no primeiro período, quanto nos incentivos fiscais da segunda etapa de desconcentração.

É importante entender o efeito do processo de desconcentração nas duas principais regiões metropolitanas do país – RMRJ e RMSP. A unificação dos mercados, a partir do desenvolvimento da infra-estrutura de áreas menos desenvolvidas, reduziu o abismo de disparidades regionais e gerou novas áreas atrativas. A expansão das fronteiras agrícolas e a busca de recursos naturais realocaram alguns blocos de atividades industriais, gerando economias de aglomeração. Finalmente, os efeitos de deseconomias de urbanização – aumento de custos em função de elevações nos preços da terra, nos salários, nos aluguéis e nas despesas ambientais – acabaram por atenuar a polarização da RMRJ e da RMSP.

A inflexão positiva do PIB do Rio de Janeiro, em 1998, contrasta com o longo período de perda de contribuição do estado no resultado nacional desde 1930. Essa recuperação é puxada pelo interior, inicialmente a partir do petróleo, após as alterações legislativas que possibilitaram a entrada de novos *players* no segmento extrativo. O aumento da produção extrativa foi o motor do crescimento de outros segmentos complementares, como a construção naval e a siderurgia. A abertura também marcou a chegada de novos *players* no setor automotivo, que procuravam reduzir custos. De uma forma geral, a recuperação do Rio de Janeiro é impulsionada pelo aumento da capacidade produtiva do interior, de forma independente e em segmentos selecionados.

O processo de interiorização produtiva do Rio de Janeiro não pode ser entendido como conseqüência do processo de desconcentração a nível nacional. Os processos foram desassociados: enquanto a RMRJ sofria com os efeitos do processo de desconcentração a nível nacional, o interior absorveu novas plantas industriais a partir de motivações privadas



completamente diferentes. Fatores locacionais influenciaram a localização das empresas de extração de petróleo, que têm necessidade de manter boa parte das operações de *upstream* próximas a região de matéria-prima. A indústria siderúrgica, em geral, já estava localizada no Vale do Paraíba, e o processo de abertura comercial impulsionou o aumento de produção articulada para exportação. A chegada de transnacionais automobilísticas foi fundamentada em incentivos fiscais e vantagens locacionais a partir da proximidade da siderurgia e das promessas de investimentos estruturais, principalmente o Porto de Itaguaí. A revitalização da construção naval, por sua vez, levou em conta o aproveitamento da capacidade instalada que já existia

É importante que se destaque as características do processo de interiorização produtiva no Rio de Janeiro. Primeiramente, foi um processo restrito a segmentos industriais selecionados. Segundo, o processo se deu a partir de três pontos distintos de polarização, dispersos no mapa do estado. O Rio de Janeiro apresentou três focos interioranos de franca ascensão, cuja polarização econômica é claramente resultado de uma indústria motriz: 1) o litoral norte fluminense, com a expansão das atividades de extração de petróleo, que catapultaram a economia e a renda na região; 2) o Vale do Paraíba, com a evolução da produção siderúrgica e automotiva; 3) o litoral sul do estado, através do renascimento da indústria naval e dos serviços relacionados a transporte marítimo.

Uma vez que o estado de São Paulo também passava por um processo de interiorização produtiva, é inevitável traçar paralelos com o caso fluminense. Muito embora as mudanças vividas em ambas as regiões metropolitanas sejam parecidas – a redução da participação industrial, substituída pelo aumento da participação do setor terciário, a partir do desenvolvimento de um leque de serviços avançados – os processos de interiorização produtiva nos dois estados foi diferente. A RMSP sofreu uma reestruturação da capacidade produtiva em áreas no seu entorno, a partir dos entroncamentos rodoviários, num processo de alargamento das bordas (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Essas regiões apresentavam infraestrutura adequada para recepção dessas plantas industriais, num processo de industrialização lateral. No caso fluminense, contudo, não há reestruturação produtiva oriunda da RMRJ. A industrialização no interior se dá de forma independente, e, apesar da importância relativa dos entroncamentos rodoviários na estratégia de localização, a tomada de decisão quanto a localização das indústrias no interior teve outras motivações principais: a necessidade de proximidade dos campos de extração (petróleo), o uso da capacidade instalada ociosa (construção naval) e a localização articulada para exportação (siderurgia-automobilística).

Quanto à trajetória de especialização do setor terciário vividos nas duas maiores regiões metropolitanas do país, fica observada a maior intensidade do processo paulista em relação ao fluminense. Isso acontece em função da dinâmica mais elevada da RMSP, que polariza as principais sedes de empresas nacionais e internacionais que atuam no país, bem como a maioria das sedes bancárias e o mercado de capitais, além de ser o centro financeiro nacional. Na RMRJ a quantidade de sedes de empresas é menor, e limitada a segmentos selecionados, e o volume de fluxos econômicos é reduzido. Tampouco há um mercado financeiro desenvolvido, limitando o escopo de desenvolvimento dos serviços avançados. Essa disparidade de características acaba por determinar as diferenças na intensidade dos processos de especialização do terciário das duas maiores áreas metropolitanas do país.

Por fim, a caracterização dos novos papéis das duas maiores regiões metropolitanas na estrutura econômica nacional. A RMSP fundamenta sua posição de ‘centro financeiro e de comando da economia nacional – concentrando sedes de muitas das principais empresas multinacionais e concentrando serviços especializados – embora ainda continue como maior centro produtor do país, com contribuição reduzida’ (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Em função das limitações impostas ao processo de especialização terciária fluminense, a RMRJ assume um papel organizacional frente à produção estadual, como centro de coordenação da produção e disponibilização de serviços de média complexidade, com enfoque no segmento logístico-exportador.

A especialização logística da RMRJ envolve grande quantidade de investimentos previstos em logística – cerca de R\$ 10,5 bilhões no biênio 2011-2012, segundo o Relatório Decisão Rio – e tem embasamento nas vantagens de posicionamento do Rio de Janeiro, que pode se tornar o “Estado da Logística”, proporcionando redução considerável de custos a empresas, e reflexos positivos logísticos ao resto do país. A projeção de tornar o Porto de Itaguaí um *hub port* e os investimentos no Arco Metropolitano têm como objetivo formar um ‘corredor de desenvolvimento’ na área metropolitana, que concretizaria a posição da RMRJ como principal canal logístico nacional.

Contudo, observam-se também movimentos em direção da revitalização da produção industrial na área metropolitana. Dentre os investimentos industriais previstos para a RMRJ no biênio 2011-2012, há projetos da cadeia petrolífera (a implantação do COMPERJ – maior projeto da história da Petrobrás – e da petroquímica Coquepar, além da modernização na REDUC), da cadeia de construção naval (STX Europe e estaleiro Mauá) – e

da cadeia siderúrgica (CSA). O alinhamento dos investimentos industriais previstos para a RMRJ com as atividades produtivas do interior é evidente, e sinaliza para a intensificação das relações produtivas entre a área metropolitana e o interior, num processo de complementaridade articulada.

O setor turístico é, certamente, a terceira vertente de desenvolvimento da RMRJ, com investimentos na ordem de aproximadamente R\$ 1 bilhão em desenvolvimento urbano. A cidade do Rio de Janeiro já tem apresentado, especialmente no setor imobiliário, sinais dos ganhos de visibilidade proporcionados pela projeção internacional em grandes eventos mundiais – a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. O alinhamento entre os governantes na esfera federal, estadual e municipal – após anos de isolamento político – tem sido fator determinante na preparação da metrópole fluminense para a os eventos, com políticas públicas de relativo sucesso. A cidade do Rio de Janeiro caminha para se consolidar como centro de atração turística internacional.

Posto isso, a redefinição do perfil de inserção da RMRJ na economia nacional envolve três características: 1) a especialização logística com foco na exportação, a nível nacional; 2) a revitalização industrial articulada com o interior, a nível regional; e 3) a consolidação como centro turístico a nível mundial. A articulação entre as atividades econômicas que envolvem esses três pilares de desenvolvimento tem moldado uma nova estrutura econômica da área metropolitana fluminense e modificado sua forma de atuação no âmbito da economia nacional.

Portanto, de centro de governo nacional, altamente dependente dos fluxos públicos, a RMRJ passa por um processo de reinvenção, numa tentativa de superar o período de estagnação econômica, ao alterar o seu perfil econômico. A área metropolitana fluminense assume um novo papel na dinâmica nacional, via especialização selecionada de serviços terciários ligados à produção industrial pesada e exportação, buscando utilizar suas vantagens comparativas em termos de localização no suprimento do escoamento da produção nacional, com custos mais acessíveis. Esse movimento, alinhado com a tendência de especialização do setor terciário sofrido por regiões metropolitanas em todo o globo, tem características próprias, uma vez que é definido em função da dinâmica produtiva restrita do estado – limitação de escopo dos bens e serviços disponibilizado no lugar central – nos moldes da polarização em níveis observada por Christaller. Uma vez que o processo de especialização terciária na RMRJ ainda está muito aquém da intensidade do mesmo processo na RMSP, é

certo dizer que o Rio de Janeiro não e enquadra ainda como importante centro de inserção a nível mundial, muito embora a perspectiva de uma plataforma logística voltada a exportação possa levar ao desenvolvimento de um terciário mais complexo, o que poderia alterar esse quadro e - assim esperamos – inserir o Rio de Janeiro como uma importante cidade global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M.C. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1ª Edição. 1973.

BATISTA, Eliézer; MAGALHÃES, Raphael A. *Porto de Itaguaí e Sepetiba – Hub Port do Hemisfério Sul*. Revista Valor Econômico, novembro de 2007.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. *A desconcentração industrial no Brasil e as transformações industriais no estado do Paraná*. Texto 11, Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina – UEL.

CANO, W. *Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95*. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, 1997.

COMPERJ, Website: <http://www.comperj.com.br/>

DINIZ, Clélio Campolina; CAMPOLINA, Bernardo. *A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções*. Revista eure, v. XXXIII, n. 98. Santiago do Chile. Maio de 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995, Texto para discussão n. 375. Disponível em URL: [http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1995/td\\_0375.pdf](http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1995/td_0375.pdf)

DINIZ, Clélio Campolina. *Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nova Economia vol. 19 n. 2. Belo Horizonte, Setembro de 2009. Disponível em URL: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512009000200001&script=sci\\_arttext#nt02](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512009000200001&script=sci_arttext#nt02)

DINIZ, Clélio Campolina. *Experiência francesa de Planejamento Regional*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Julho de 2004.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Nova Economia, 1996, vol. 6. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

EGLER, Cláudio A. G; PIRES DO RIO, Gisela A. *Territórios de Petróleo no Brasil: Redes Globais e Governança Local*. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

FAURÉ, Yvés André (Org.); HASENCLEVER, Lia. (Org.); NETO, Romeu da Silva (Org.). *Novos Rumos para a economia fluminense. Oportunidades e Desafios do Crescimento do Interior*. Rio de Janeiro: e-papers, 2008, 370 p.

FIRKOWSKI, Olga L. C. de Freitas. *Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria o Brasil*. Universidade Federal do Paraná.

FILHO, Hélio Braga; CAMPANHOL, Edna Maria. *Desenvolvimento Econômico Local e Regional: Propostas para uma Política Pública Municipal*. Revista Serviço Social e Realidade vol. 17 n. 2. Programa de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2008. Disponível em URL: <http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/74/89>

FRIEDMANN, John R.P. *Introdução ao planejamento regional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

FUNDAÇÃO CEPERJ, Website: <http://www.fesp.rj.gov.br/>

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964. 2ª edição.

GODINHO, Floriano José. *Reestruturação Produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP). Novembro de 2003.

HIRSCHMAN, Albert. O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

IPEADATA, Website: <http://www.ipeadata.gov.br/>

JACOBS, Jane. *The economy of cities*. Nova York: Random House, 1969.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Teoria do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no pós-Guerra: O Caso do Brasil*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

LOPES, Antonio Simões. *O espaço econômico*. In: COSTA, José Silva (Coordenador). "Compêndio de economia regional". Coimbra: APDR, 2002. p. 35-59.

LOUREIRO, Ana Cláudia Nonato da Silva. *Rio de Janeiro: Uma Análise da Perda Recente de Centralidade*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MORO, D.A. *A organização do espaço como objeto da geografia*. Geografia, Rio Claro, 15(1):1-19, Abril 1990.

NATAL, Jorge. *Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro*. Revista Nova Economia, Belo Horizonte. Setembro de 2004.

PACHECO, C.A. *Os dilemas da nova problemática regional: especialização e fragmentação do espaço econômico nacional*. In: \_\_\_\_\_. *Fragmentação da nação*. Campinas, 1998. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

PERROUX, François. *Notas sobre a noção de pólo de crescimento*. 1977. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional*. Textos Escolhidos. Belo Horizonte. CEDEPLAR. 1977.

PIERUCCINI, Mariângela A.; BULHÕES, Ronaldo. *Caracterização enquanto Região*. In: Projeto Oráculo, Cap. 2. Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2002. Disponível em URL: [http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo\\_02.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_02.pdf)

RAMOS, Rui A. R.; MENDES, José F. G.. *Introdução às Teorias de Localização - Orientações Recentes na localização Industrial*. Departamento de Engenharia Civil - Universidade do Minho, 2001.

SABÓIA, João. *A continuidade do processo de Desconcentração Regional da Indústria Brasileira nos Anos 2000*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS SILVA, Jorge Antônio. *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano Regional baseada em Cluster*. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP). 2004.

SILVA, Robson Dias da. *Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional*. Universidade Estadual de Campinas (UNESP), 2004.

WILLIAMSON, J. *Desigualdade Regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões*. 1977. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional*. Textos Escolhidos. Belo Horizonte. CEDEPLAR. 1977.

WILTGEN, Roberto da Silva. *Notas sobre a polarização e desigualdades regionais*. Ensaio FEE. Porto Alegre, 1991.